

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA ã INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DE SANTA CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
A Reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:	25
A desconcentração e democratização da estrutura fundiária	25
A produção de alimentos básicos	25
A geração de ocupação e renda	25
O combate à fome e à miséria	25
A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural	25
A interiorização dos serviços públicos básicos	25
A redução da migração campo-cidade	25
A democratização das estruturas de poder	25
A promoção da Cidadania e da Justiça Social	25
Missão	26
Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.ô.....	26
Visão de Futuro	26
Ser referência internacional de soluções de inclusão social.ô.....	26
PARTE 6A CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	22
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	23
2. Objetivos e metas institucionais (DN 108 do TCU, Parte A, Item 2.....	24
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade ã Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II).....	24
2.2 Estratégia da atuação frente a responsabilidades institucionais. (alínea b).....	27
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária ã SR(10)F.....	27
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento ã SR(10)T.....	29
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento ã SR(10)D.....	31
2.2.4 Divisão de Administração ã SR(10)A.....	37
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea C).....	40
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	40
2.3.1.1 Ação 8384 - Cadastro e Seleção de Famílias para o programa de Reforma Agrária.....	40
2.3.1.2 Ação 8387 ã Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	42
2.3.1.3 Ação 8374 ã Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	49
2.3.1.4 Ação 4460 ã Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	52

2.3.1.5 Ação 2272 ñ Gestão e Administração do Programa.....	54
2.3.2 Programa 0137 ñ Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	56
2.3.2.1 Ação 8396 ñ Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	56
2.3.2.2 Ação 8398 ñ Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	63
2.3.2.3 Ação 4320 ñ Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização ñ Terra Sol.....	64
2.3.2.4 Ação 4358 ñ Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.....	70
2.3.2.5 Ação 10YN ñ Consolidação e Emancipação de Assentamentos de Reforma Agrária	73
2.3.2.6 Ação 2B06 ñ Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	75
2.3.2.7 Ação 0427 ñ Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.....	78
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	84
2.3.3 Programa 0138 ñ Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação e Terras Públicas...86	
2.3.3.1 Ação 2105 ñ Gerenciamento e Fiscalização de Cadastro Rural.....	86
2.3.3.2 Ação 2114 ñ Sistema de Cadastro Rural.....	89
2.3.3.3 Ação 4426 ñ Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	91
2.3.3.4 Ação 2110 ñ Regularização Fundiária de Imóveis.....	93
2.3.3.5 Ação 8380 ñ Retomada de Terras Públicas	95
2.3.3.6 Ação 8378 ñ Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	96
2.3.3.7 Ação 2272 ñ Gestão Administrativa do Programa.....	97
2.3.4 Programa 0139 ñ Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	99
2.3.4.1 Ação 4572 ñ Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	99
2.3.5 Programa 1120 ñ Paz no Campo.....	102
2.3.5.1 Ação 2109 ñ Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	102
2.3.6 Programa 1336 ñ Brasil Quilombola	103
2.3.6.1 Ação 1642 ñ Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	103
2.3.6.2 Ação 0859 ñ Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombo.....	106
2.3.7 Programa 1350 ñ Educação no Campo.....	108
2.3.7.1 Ação 4474 ñ Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	108
2.3.7.2 Ação 6952 ñ Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	110

2.3.7.3 Ação 8370 ã Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	112
2.3.7.4 Ação 2272 ã Gestão e Administração do Programa.....	122
2.3.8 Programa 1427 ã Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	124
2.3.8.1 Ação 4470 ã Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	124
2.3.8.2 Ação 2272 ã Gestão do Programa	128
2.3.9 Programa Programa 0750 Apoio Administrativo.....	130
2.3.9.1 Ação 2000 ã Administração da Unidade.....	130
2.3.9.2 Ação 2004 ã Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	132
QUADRO A.2.2 ã Execução física das ações realizadas pela UJ ã consolidado.....	133
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	134
QUADRO A.2.3 ã Identificação das Unidades Orçamentárias.....	134
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	134
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes.....	135
QUADRO A.2.4 ã Programação de despesas correntes.....	135
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital.....	136
QUADRO A.2.5 ã Programação de despesas de capital.....	136
2.4.1.2 Quadro Resumo de Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	137
QUADRO A.2.6 ã Quadro resumo de programação de despesas e reserva de contingência.....	137
2.4.1.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	138
QUADRO A.2.7 ã Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	138
2.4.2 Execução Orçamentária de Despesa.....	140
QUADRO A.2.8 ã Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	140
QUADRO A.2.9 ã Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	141
QUADRO A.2.10 ã Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	142
2.4.2.1 Indicadores Institucionais.....	143
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos...	150
3.1 Análise Crítica	151

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	152
QUADRO A.4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	152
4.1 Análise crítica.....	155
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	156
5.1 Composição do Quadro de servidores ativos.....	156
QUADRO A.5.1 Força de trabalho da UJ ã situação apurada em 31/12/2011.....	156
QUADRO A.5.2 Situações que reduzem a força de trabalho ã situação apurada em 31/12/2011.....	157
QUADRO A.5.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ ã situação apurada em 31/31/2011.....	159
QUADRO A.5.4 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária ã situação apurada em 31/12/2011.....	160
QUADRO A.5.5 Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade ã situação apurada em 31/12/2011.....	161
5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	162
QUADRO A.5.6 Composição do Quadro de servidores inativos ã situação em 31/12/2011.....	162
QUADRO A.5.7 Composição do Quadro de instituidores de pensão ã situação em 31/12/2011..	163
5.2.1 Composição do Quadro de estagiários.....	164
QUADRO A.5.8 Composição do Quadro de estagiários.....	164
5.3 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	165
QUADRO A.5.9 Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009,2010 e 2011.....	165
5.4 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	167
QUADRO A.5.10 Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.....	167
QUADRO A.5.11 Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.....	167
QUADRO A.5.11.1 Autorização para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	167
5.5. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	169
QUADRO A.5.12 Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....	169
QUADRO A..5.13 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	170

5.6. Indicadores gerencias sobre recursos humanos.....	171
6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	172
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	173
QUADRO A.6.1 ã INCRA ã Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no executivo de referência.....	173
QUADRO A.6.2 ã INCRA ã Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	176
QUADRO A.6.3 ã INCRA ã Resumo dos instrumentos de transferências que vigerão em 2011 e executivos seguintes.....	177
QUADRO A.6.4 ã INCRA ã Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	178
QUADRO A.6.5 ã INCRA ã Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	179
6.2 Análise crítica.....	180
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referente a contratos e convênios ou outros instrumentos.....	182
8. Informação sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8730, de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	183
8.1 Análise crítica.....	184
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	185
QUADRO A.9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	185
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia de informação (TJ) e na contratação de serviços e obras.....	187
QUADRO A.10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	187
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado com “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.....	189
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	189
QUADRO A.11.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	189
QUADRO A.11.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros..	191
QUADRO A.11.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	192.

11.2 Análise crítica.....	193
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	194
QUADRO A.12.1 Gestão de TI da UJ.....	194
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	196
QUADRO A.13.1 Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....	196
QUADRO A.13.2 Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....	198
14. Informações sobre a Renúncia Tributária.....	199
15. Informações sobre as providências adotadas para às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	200
QUADRO A.15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	200
QUADRO A.15.1.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	201
QUADRO A.15.1.2 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	202
QUADRO A.15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	203
QUADRO A.15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	204
QUADRO A.15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	205
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	206
QUADRO A.16.1 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	206
QUADRO A.16.2 Informações sobre recomendações de Unidade de Controle Interno pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	207
PARTE B – Informações Contábeis da Gestão.....	208
QUADRO B.1.1 Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ.....	208
QUADRO B.1.2 Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ.....	208
17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	210
PARTE C – Informações Específicas a constar do relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	211

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 há (Portaria/Incra/nº 12/2006) dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações.....	211
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	212
19.1 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	212

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

Declaração de inserção de dados nos Sistemas SIASG E SIVONV.....186

LISTA DE TABELAS

Declarações do Contador sobre demonstrações Contábeis da UJ.....212

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS (numeração seguindo a portaria 123/2011 ão final do trabalho

Quadro A.1.1 ão Identificação da UG.....18

Quadros Principais ações do Programa35

Demonstrativos	Contábeis	previstos	na	Lei	nº
4320/64.....					

207

LISTA DE FIGURAS

Figura I ão Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006.....08

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATES - Assistência Técnica e Extensão Social

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ ã Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CRC ã Conselho Regional de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DF ã Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio ã Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA ã Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF ã Ministério Público Federal

NE - Norma de Execução

OCI ã Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB ã Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PGE - Plano Geral de Estatísticas

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RB ã Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISPROT - Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCU - Tribunal de Contas da União

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

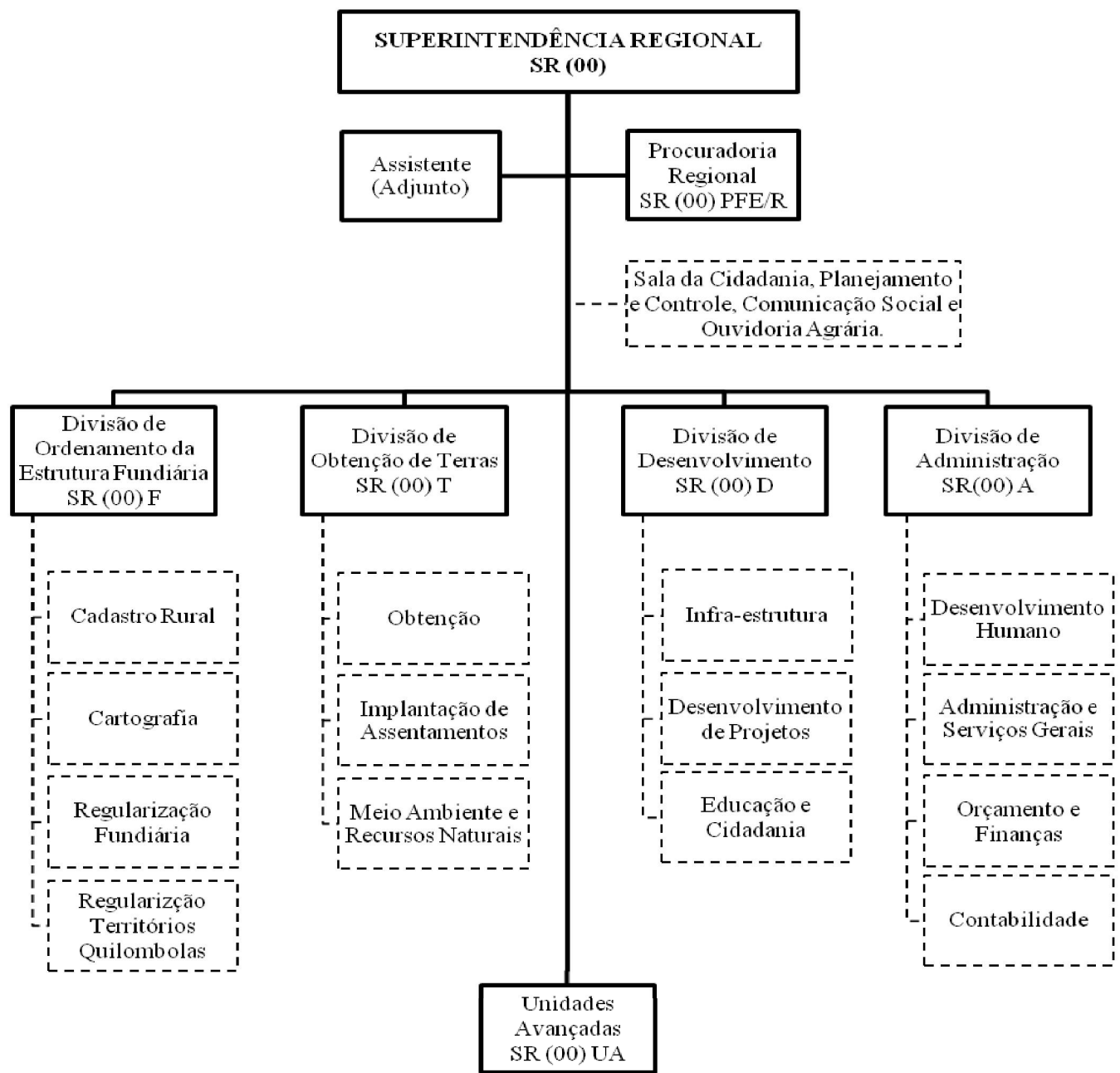
UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima **foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009**, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, estabelecendo as atribuições e competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(10) ã Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (10)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de

forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(10)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(10)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

α) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros resi-

dentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

β) **De Cartografia** - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

χ) **De Regularização Fundiária** - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

δ) **De Regularização de Territórios Quilombolas** - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) **Divisão de Obtenção de Terras - SR(10)T** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

α) **De Obtenção** - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em

audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

β) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

χ) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Ις) À Divisão de Desenvolvimento - SR(10)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

α) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

β) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos

projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

χ) **De Educação e Cidadania** - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental ã ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

ς) **À Divisão de Administração - SR(10)A** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) **De Desenvolvimento Humano** - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) **De Contabilidade** - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de

passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **De Administração e Serviços Gerais** - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) **De Orçamento e Finanças** - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

çI) **Às Unidades Avançadas - SR(10)UA** - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

No II Plano Nacional de Reforma Agrária encontra-se as prioridades das políticas públicas executadas pelo INCRA, voltadas as populações rurais tradicionais, comunidades remanescentes de quilombos, mulheres trabalhadoras rurais, jovens, ocupantes não índios de terras indígenas, populações ribeirinhas e atingidos por barragens, além de outros segmentos de pessoas pobres que vivem no meio rural. Este Plano abrange os diversos trabalhadores que podem pertencer tanto à categoria de público com terra, bem como os sem terra.

O Plano Regional de Reforma Agrária segue as diretrizes gerais do Plano Nacional de Reforma Agrária e incorpora a realidade regional e local indicando a necessidade de construirmos planos diferentes para cada região.

O plano foi construído em conjunto com entidades do setor público e da sociedade civil, buscando ser um balizamento dos trabalhos necessários à reforma agrária em Santa Catarina aberto à constantes modificações na sua implementação.

Também revela o eixo principal da reforma agrária em Santa Catarina: a participação de todos os interessados em construir uma sociedade mais justa no campo brasileiro.

Para melhor aplicação dos recursos públicos e para potencializar as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais utiliza o conceito e as práticas do desenvolvimento territorial gerenciando pela unificação dos planejamentos e recursos para os territórios priorizados.

Nesta perspectiva o novo Plano Nacional de Reforma Agrária aponta para duas grandes prioridades: obtenção de áreas para resolver o problema dos acampamentos de trabalhadores rurais sem terras e recuperação dos assentamentos já realizados. O Estado de Santa Catarina, por sua vez, converge suas diretrizes na Política de Reforma Agrária para a elaboração do Plano Estadual, onde foram realizadas audiências e debates com entidades públicas e movimentos sociais visando à construção de um processo que indicasse a intervenção do governo na questão agrária regional, coadunando as diretrizes nacionais com a realidade estadual.

Neste sentido, foram definidas regiões prioritárias para ação da política pública para a reforma agrária que levou em consideração os seguintes aspectos: quantidade de projetos de assentamentos; número de famílias assentadas; número de acampamentos; quantidade de famílias acampadas; condições edafoclimáticas; mercado consumidor; infra-estrutura; cadeias produtivas regionais e de projetos de assentamento, que se traduzem nas seguintes diretrizes:

a) Dar continuidade ao processo de reordenamento fundiário no Estado;

- b) Definir estratégia de obtenção de terras, priorizando territórios para direcionamento das ações de desapropriação;
- c) Combinar diversos instrumentos de obtenção;
- d) Retomar lotes irregularmente ocupados;
- e) Reconhecer os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais;
- f) Construção de um novo modelo de assentamento que assegure o sucesso da inserção dos assentamentos na economia local, regional e estadual;
- g) Recuperar os Projetos de assentamento já criados, priorizando ações nos territórios definidos para construção de planos de desenvolvimento;
- h) Promover forte integração interinstitucional para garantir o sucesso da política de reforma agrária no estado;
- i) Reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos;
- j) Retirada e recolocação de trabalhadores rurais ocupantes de áreas indígenas;
- k) Promover a sustentabilidade ambiental.

A precariedade identificada com relação à infra-estrutura, aliada às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, faz com que a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final de um longo processo de lutas, seja um ponto de partida para novas demandas para sua viabilização econômica e social. A nova situação obriga os assentados a vivenciar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política.

As associações, presentes em 96% dos assentamentos do Estado, são a forma predominante de organização representativa dos assentados. Sua existência é praticamente obrigatória, pois, como personalidades jurídicas dos assentamentos, formalizam os contatos com organismos do Estado e outras agências. Grande parte da população assentada em Santa Catarina já vivia na zona rural da própria região antes de vir para o assentamento: mais de 80% originam-se do próprio município ou de municípios vizinhos de onde está localizado o assentamento; 94% deles já tinham alguma experiência de trabalho na agricultura (NEAD, 2004).

Na questão produtiva, é bastante grande a diversidade de produtos originários dos assentamentos. Verifica-se que não há necessariamente uma coincidência entre os produtos mais cultivados, os mais vendidos e os considerados mais importantes pelos assentados, bem como entre

esses e os produtos com maior VBP. Milho, mandioca e feijão são nitidamente os produtos de cultivo mais generalizado e que um maior número de assentados considera importantes.

Em relação a capacitação, a produtividade alcançada pelos assentamentos não pode ser desvinculada do acesso à assistência técnica e do padrão tecnológico adotado.

Atualmente, a assistência técnica aplicada aos assentamentos está se dando de forma mais efetiva resultante de um convênio assinado entre o INCRA e a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (Cooptrasc) que vem atendendo 90% dos assentamentos, sendo que os outros 10% são assistidos pelo Governo do Estado, através da EPAGRI. Já no padrão tecnológico, a grande diversidade de situações e sistemas produtivos (tipos de solo e relevo, cultivos mais ou menos suscetíveis a pragas e doenças, modelos de produção etc.) dificultou comparações e conclusões mais definitivas. No entanto, três aspectos podem ser destacados. O primeiro deles é que, apesar de haver uma significativa variação entre as manchas (e mesmo dentro delas) no que se refere ao acesso a instalações, máquinas e equipamentos, implementos e uso de insumos, ela parece reproduzir diferenciações tecnológicas entre as regiões (mesmo que num patamar às vezes ligeiramente diverso daquele existente no seu entorno). O segundo é que o acesso aos meios de produção ainda é precário para parte significativa dos assentados. O terceiro é que, mesmo com a precariedade encontrada, verifica-se que a condição de assentado permite acesso às novas possibilidades produtivas.

A Superintendência Regional do INCRA na questão de cooperação possui diversas parcerias, visando aperfeiçoar os resultados, referentes à recuperação dos Projetos de Assentamento, assim como, na implantação de novos projetos de assentamentos.

Como parceiros potenciais citamos as Prefeituras Municipais, MST, C.C.A (Cooperativa Central de Reforma Agrária), EPAGRI, ICEPA, FETRAF-Sul, COOPTRASC, FETAESC, MMA, FATMA, AESCA, SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, UNOCHAPECÓ, PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF), COMISSÃO PASTORAL DA TERRA entre outras entidades.

No quadro atual a Superintendência de Santa Catarina, conta com 56 funcionários ativos concursados atuando na Sede da Autarquia em Florianópolis e 19 na Unidade Avançada de Chapecó. Este quadro consegue atender a demanda de vistorias e recuperação de assentamentos, porém há necessidade de capacitação desses técnicos. Apesar da certa quantidade de veículos disponíveis, constata-se que há necessidade de recuperação e renovação da frota de veículos, principalmente por veículos tracionados, para atender a demanda de vistorias e recuperação de assentamentos.

PARTE 6A" ã CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ ã Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373070
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(048) 37333561 ã 37333563 ã 37333508 ã 37333509 37333562 - 37333575 Fax (048)	
Endereço eletrônico: comunica.sc@fns.incra.gov.br e/ou joao.paulo@fns.incra.gov.br http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua Jerônimo Coelho, 185 ã CEP: 88.010-030 ã Florianópolis/SC		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 ã Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 ã Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 ã Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 ã Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 ã Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 ã Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária ã junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução Incra / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA ã Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 282, de 26 de abril de 2004 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais ã 2ª Edição/Revisada ã agosto/2010 - Manual de Orientação ã Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais ã abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373070	Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373071	Unidade Avançada de Santa Catarina ã INCRA/UA/SC	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373070	Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC	

2. Objetivos e metas institucionais (DN 108 TCU, Parte A, item 2

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade ã Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II)

A REFORMA AGRÁRIA

A Reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária
- A produção de alimentos básicos
- A geração de ocupação e renda
- O combate à fome e à miséria
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural
- A interiorização dos serviços públicos básicos
- A redução da migração campo-cidade
- A democratização das estruturas de poder
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social

O INCRA

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o INCRA incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial e também a identificação, demarcação e titulação de territórios quilombolas. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a

integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da Infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de cinco mil assentamentos existentes no País.

Missão e Visão do INCRA

Missão

ÓImplementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.ô

Visão de Futuro

ÓSer referência internacional de soluções de inclusão social.ô

C) A Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC

As Superintendências Regionais do INCRA são órgãos descentralizados que têm a competência de coordenar e executar a políticas públicas executadas pelo INCRA nas Unidades da Federação. Em Santa Catarina, entre as suas atividades principais destacam-se o planejamento, orçamento, execução e controle das atividades relativas à obtenção de terras e ao assentamento de trabalhadores rurais; a regularização de territórios quilombolas, além de garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados de cadastro de imóveis rurais.

A estrutura da Superintendência Regional de Santa Catarina é composta pelo Gabinete do Superintendente e suas funções vinculadas, quatro Divisões subordinadas e uma Unidade Avançada de Santa Catarina ã INCRA/UA/SC, situada no município de Chapecó.

Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Competência Institucional ã A Superintendência Regional de Santa Catarina/INCRA/SR(10)SC como uma unidade descentralizada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo [Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970](#), teve sua [estrutura regimental](#) aprovada pelo [Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006](#), (com nova redação dada pelo [Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009](#)).

a) A competência institucional da regional é o de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União e implantar, supervisionar, dar suporte para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos criados no estado de Santa Catarina;

b) Os objetivos estratégicos - A Superintendência Regional de SC, devido às dificuldades estratégicas na obtenção de novas áreas para a criação de Projetos de Assentamentos em SC, em seu planejamento concentrou-se no desenvolvimento dos Projetos de Assentamento baseado no conceito das cadeias produtivas, atingindo em seu trabalho a região e não somente o assentamento em particular, sem esquecer-se de sua missão de obter áreas para assentar famílias sem terra.

Como órgão descentralizado, responsável pela coordenação e execução das ações do INCRA no Estado. Cabe a essa unidade, coordenar e executar na sua área de atuação, as atividades homólogas do órgão seccional e específico relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também devem garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

Além da busca de áreas para criação de novos assentamentos no exercício/2011, esta regional dedicou-se, mais uma vez, ao fortalecimento e desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos já criados no Estado de Santa Catarina, fazendo parte das ações os PROJETOS/PROGRAMAS ã 1)Luz para Todos ã 2)ATES ã 3)Crédito Instalação e Crédito Recuperação ã 4)Infraestrutura ã 5)Terra Sol ã 6)PRONERA ã 7)Documentação da Mulher Trabalhadora Rural ã 8)Titulação de Assentamentos e 9) Gestão Ambiente.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. (alínea b)

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(10)F

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária no estado de Santa Catarina, contando com a colaboração de 20 (vinte) servidores lotados nos serviços de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas.

Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através desta divisão, mantém atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento ã UMC e sua integração ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural catarinense. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo e com vistas ao combate da grilagem de terras, além de executar atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no estado.

A divisão controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis.

É, ainda, responsável pelas atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais localizadas no estado de Santa Catarina, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

Tentando manter o bom desempenho obtido nos anos anteriores, durante o ano de 2011 a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária reviu continuamente suas alternativas de direção e atuação: manteve seus projetos de treinamento e capacitação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento, alcançando claramente seus objetivos, pois se percebe uma melhora significativa na qualidade dos dados inseridos no SNCR.

No tocante as ações de regularização fundiária, esclarecemos da impossibilidade de realização da ação no estado, tendo em vista a natureza de obtenção destas áreas no passado, que foram *desapropriadas*

pelo INCRA no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época e não *arrecadadas* ou *discriminadas*, como preveem os normativos vigentes, além da indisponibilidade de servidores para o atendimento das demandas existentes.

Neste sentido, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária de Santa Catarina encaminhou o **MEMO/INCRA/SR(10)F/Nº 722/11**, cuja cópia segue anexa, à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, esclarecendo a situação em que a Regularização Fundiária se encontra no Estado, bem como da cobrança relativa a elaboração de uma proposta de Instrução Normativa encaminhada deste o ano de 2009.

Assim, tendo em vista a indisponibilidade de servidores para o atendimento da demanda de regularização fundiária em áreas desapropriadas/arrecadadas e diante dos problemas expostos em relação à impossibilidade de enquadramento normativo para a regularização das áreas outrora desapropriadas no estado, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária em Santa Catarina não realizou qualquer ação relativa à Regularização Fundiária no Estado.

Por fim, em relação às atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, os resultados obtidos se restringem, em parte, ao andamento dos trabalhos na alçada da Superintendência.

No ano de 2010, foi publicado pelo Presidente da República o Decreto de Reconhecimento à Regularização de Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros, quando então foram dadas início às vistorias de avaliação dos imóveis inseridos total ou parcialmente dentro do território. Os trabalhos referentes à Regularização de Território Quilombola da Comunidade São Roque, aguardam ainda a posição da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal quanto ao conflito entre INCRA e ICMBio, haja visto a sobreposição do território pleiteado com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Ainda, no fim de 2010 foi contratada a empresa ECODimensão Meio Ambiente e Responsabilidade Social LTDA, tendo por objetivo a elaboração de Laudos Antropológicos de 06 (seis) Comunidades, a saber:

- Morro do Boi, localizada em Balneário Camboriú;
- Família Manoel Thomaz, localizada em Treze de Maio;
- Campo dos Poli, localizada em Fraiburgo e Monte Carlo;
- Morro do Fortunato, localizado em Garopaba;
- Aldeia, localizada em Garopaba e Santa Cruz, localizada em Paulo Lopes,

e durante o ano de 2011, o Serviço Quilombola realizou, também, o acompanhamento dos trabalhos de pesquisa para a construção dos laudos que se encontram em fase de conclusão.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - SR(10)T

A Obtenção de imóveis rurais se refere à vistoria e avaliação de terras para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção, destinadas à implantação de projetos de reforma agrária. Providencia, também, a perícia judicial em ações de desapropriação e o licenciamento ambiental para possíveis áreas de assentamento. As ações de obtenção visam às propriedades rurais que não estejam cumprindo a sua função social, conforme define a Constituição Federal nos artigos 184 e 186, e que sejam tecnicamente viáveis para fins de reforma agrária.

A seleção de famílias, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento também são incumbência desta divisão bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária.

Esta Superintendência Regional, adota como estratégia de planejamento a eleição de áreas prioritárias de atuação fundamentadas no diagnóstico regional, como sendo a área continua de terra dentro da Unidade da Federação, em que a Superintendência Regional do INCRA destaca como sendo a área eleita para o implemento de ações fundiárias visando a obtenção de terras para o assentamento de trabalhadores rurais ou regularização fundiária, de conformidade com o diagnóstico realizado no Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

A SR-(10)/T Obtenção de Terras, procurou atingir todas as metas estipuladas, executando os trabalhos dentro de um planejamento estratégico que levou em conta a capacidade operacional, os recursos programados, os servidores, os imóveis decretados para reforma Agrária e aqueles que estão para serem decretados, além dos imóveis imaturos na posse, e finalmente visando a remoção do maior número de acampados para dentro dos assentamentos criados, considerando a capacidade técnica de viabilidade.

O objetivo principal das atividades foi a Desapropriação para fins de Reforma Agrária, que demanda a meta de vistorias preliminares com o foco de identificar os imóveis que não estão cumprindo com a Função Social, preconizado nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal. Antecedendo as vistorias, são feitos levantamentos prévios que demandam visitas em cartórios, órgãos Municipais e Estaduais, e em alguns casos, abordagem visual dos imóveis alvos, culminando com a comunicação de vistoria do proprietário.

A atual gestão da Divisão de Obtenção do INCRA de Santa Catarina, neste ano de 2011, e também com projeto de fiscalização para os próximos anos, preferiu atuar de forma própria com seus mecanismos de fiscalização sem a interlocução com os movimentos sociais que apresentavam-se redundantes em apresentar sempre os mesmos imóveis para fiscalização Dessa forma, através de análise feita no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e também através dos processos de

imóveis que são apresentados ao setor de Cartografia, visando à certificação do georreferenciamento dos mesmos.

Importante atuação neste ano de 2011 foi a fiscalização de imóveis que estão em processo de penhora judicial promovidos pela Procuradoria da Fazenda Nacional de Santa Catarina, o qual aparentemente apresentou resultado positivo devido a publicação da Portaria AGU 514/2011, que trata da oportunidade de oferecimento para adjudicação pelo INCRA dos imóveis penhorados.

Os processos dos imóveis improdutivos seguem para o Decreto Presidencial depois de seguirem normas e recursos. Se não houver impedimento judicial, após o Decreto, é promovido o Ajuizamento da Ação Desapropriatória e Imissão na Posse para finalmente ocorrer a Criação do Projeto de Assentamento.

Em todas as fases processuais existe uma gama de atividades e normas a serem seguidas, exigindo os deslocamentos necessários a campo. Assim, diante de tamanho desafio, há o direcionamento para algumas estratégias de ações, tais como:

- 1- Ação de vistorias em áreas prioritárias onde há presença e concentração de latifúndios, demanda social iminente ou em evidência, localização, IDH baixo, tendência de processos migratórios, análise socioeconômica, entre outras;
- 2- Levantamentos Prévios nos imóveis acima de 15 módulos fiscais;
- 3- Monitoramento constante dos processos de obtenção;
- 4- Centrar as ações dos Peritos Federais, Analistas e Técnicos da Reforma Agrária nas vistorias preliminares.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de Projetos de Assentamentos é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto no estado de Santa Catarina, em algumas regiões, onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº. 433/92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há, ainda, como alternativa aos dois instrumentos anteriores, a Lei nº. 4.132/62, que trata da desapropriação por interesse social, cujo uso pela autarquia ainda é incipiente.

Já o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais vinculado a essa Divisão, realiza as análises ambientais das propriedades em fase de desapropriação e solicita ao órgão competente a sua Licença Ambiental, nesse caso a Licença Prévia ã LP e que depois de cumpridas todas as condicionantes, é emitida a Licença Ambiental Prévia ã LAP.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - SR(10)D

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos - SR(10)D, coordenar, supervisionar as ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento do INCRA/SC, integrar políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária PNRA.

As ações no estado de Santa Catarina são desenvolvidas junto com a nossa Unidade Avançada de Santa Catarina INCRA/UA/SC, onde é bom lembrar, que estão localizados a maioria dos Projetos de Assentamento do INCRA/SC.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através das ações dos Projetos de assentamento em implantação e recuperação, qualificação e emancipação de projetos de assentamento, concede a infraestrutura básica rural necessária em seus assentamentos. As prioridades são a construção e/ou recuperação de estradas vicinais, implantação de sistemas de abastecimento de água e construção de redes de eletrificação rural. Com isso, o INCRA busca estender de forma mais abrangente possível os benefícios sociais ao meio rural.

Essas ações são fundamentais para a permanência dos assentados no campo e são executadas de forma direta, através de licitações públicas ou por meio de convênios ou acordos de co-participação celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal (Ministério de Minas e Energia, através do Programa Luz para Todos, Ministério da Defesa/Batalhão de Engenharia, FNDE, FUNASA), estadual ou municipal.

A execução de Infraestrutura básica é muito demandada pelos assentados e é uma resposta à necessidade premente de cumprir o compromisso do Governo Federal, quando criou os assentamentos, de adotar, na sua jurisdição, padrões de qualidade de vida, principalmente, nos campos da saúde, educação, transporte e água potável. Em algumas regiões do estado o volume de chuvas, além de outros fenômenos climáticos proporcionaram prejuízos significativos à malha viária dos projetos de Assentamentos atingidos por tais fenômenos. Esta situação tem conduzido várias municipalidades a recorrerem constantemente a esta UJ solicitando apoio na recuperação das estradas, bem como solicitam apoio a totalidade das demandas da população beneficiária do II PNRA. De outra ordem, porém com igual interferência e prejuízo, encontramos vários municípios que demandam de apoio para enfrentar os limites da estiagem. Nestas situações, esta UJ vem apoiando e buscando soluções, entendendo que a execução dessas obras é de vital importância para o desenvolvimento

socioeconômico dos projetos de assentamento, pois garantem o acesso dos assentados aos seus lotes; facilitam o escoamento da produção agrícola; diminui perdas na produção (principalmente de leite e hortaliças), diminuindo o custo da produção com conseqüente aumento de renda; facilitam o transporte escolar dos filhos dos assentados e garantem água em quantidade e qualidade. Em síntese, a realização dessas ações servem de estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

A concessão de Crédito Instalação permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O benefício deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no semi-árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc) para a geração de renda.

O Crédito Instalação vem sendo concedido desde 1985, sendo um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural. São os valores atualmente em uso:

- :: Apoio Inicial: R\$ 3,2 mil por família;
- :: Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 15 mil por família;
- :: Fomento: R\$ 3,2 mil por família
- :: Recuperação de Materiais de Construção: Até R\$ 5 mil por família
- :: Apoio Mulher: R\$ 2,4 mil
- :: Adicional do Fomento: R\$ 3,2 mil

O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao fornecedor ã mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas. O programa também faz parcerias com instituições financeiras governamentais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

O acompanhamento ao processo produtivo fomentado nesta UJ, intitulado de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, atualmente é realizado pelo Programa de Assessoria

Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Sendo importante registrar que, no momento, estamos em fase de elaboração da Chamada Pública visando à contratação, em novo instrumento, de uma nova equipe de assistência técnica (lei geral de ATER - 12188/2010). Conforme determinações impressas na lei geral de ATER - 12188/2010, este serviço está pautado pelo desenvolvimento de sistemas produtivos mais eficientes considerando os fundamentos da Agroecologia como matriz tecnológica. Este novo paradigma de atividade implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável. Os serviços de Ates/Ater são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Em atividade desde 2004, o programa de Ates atua com equipes de técnicos em ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas. Os grupos trabalham nos assentamentos executando atividades como: elaboração de planos de desenvolvimento ou recuperação de projetos de assentamento, extensão rural, capacitação continuada, visando à formação de competências e à mudança de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento rural sustentável, adotando metodologias participativas.

O programa Terra Sol, lançado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), busca criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da reforma agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados. Dentre suas metas estão o aumento da renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade.

As ações do programa são estendidas a todo o território nacional, com atividades desenvolvidas em todas as regiões. A partir de convênios e parcerias, o Programa Terra Sol estimula atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados, eventos que promovam a interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária, dentre outras.

O apoio ao desenvolvimento das famílias agricultoras vem sendo modificado nos últimos anos. Além de criar condições para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção na busca pelo aumento do ganho das famílias agricultoras, a ação do Governo Federal tem se ampliado ainda mais. A meta é assegurar mais capital, mais proteção a produção e a renda, através não apenas da ampliação do Crédito Rural do PRONAF, mas de sua articulação com o mecanismo de seguro contra os efeitos do clima adverso que pode afetar a produção e do seguro contra as variações de preços que diminui a renda.

Este conjunto de políticas facilita o planejamento das atividades, permite o acesso à melhor tecnologia e contribui para o aproveitamento de novas oportunidades econômicas, o que permite as famílias agricultoras ampliarem a segurança alimentar de suas famílias e contribuem para o aumento da renda, com risco reduzido ou até inexistente.

Os contratos do Crédito Rural do PRONAF financiam projetos individuais ou coletivos, devem gerar renda e os recursos empregados no seu pagamento retornam para novos empréstimos. Este mecanismo de incentivo à produção não é o pagamento de uma dívida social, é uma política dirigida, focada, que incentiva as famílias agricultoras e estimula o sentido de responsabilidade. As famílias agricultoras que contratam financiamentos do PRONAF têm uma das menores taxas de inadimplência entre todos os sistemas de crédito brasileiros.

Para fins do crédito do PRONAF as famílias são enquadradas nos Grupos A, B, C e D. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Para cada grupo do PRONAF existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se assim uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção.

O grupo PRONAF A se destina aos beneficiários da Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PRONAF A é um crédito de investimento rural. O PRONAF A/C atende ao mesmo público e é destinado para despesas de custeio.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de

democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Pronera capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

O programa apoia projetos em todos os níveis de ensino, conforme relacionado abaixo:

Educação de jovens e adultos (EJA) ã Desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- α) Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- β) Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- χ) Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Ensino Médio e Técnico Profissionalizante ã Destina-se à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária. Objetivam formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Ensino Superior ã Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais.

Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinariedade. O PRONERA é uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

2.2.4 Divisão de Administração - SR(10)A

A Divisão de Administração ã SR(10)A exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais, tendo sob sua coordenação o Setor de Administração e Serviços Gerais, Setor de Orçamento e Finanças, Setor de Contabilidade, Setor de Recursos Humanos e o Setor de Almoxarifado e Patrimônio.

Na nossa Unidade Avançada de Santa Catarina ã INCRA/UA/SC ã UG/nº 373071 ã com sede em Chapecó/SC ã que é uma unidade descentralizada desta regional, que objetiva o atendimento aos Projetos de Assentamentos localizados no Oeste de Santa Catarina, também existem o Setor de Administração de Serviços Gerais e Setor de Orçamento e Finanças que executam as atividades correlatas na sua área de atuação, tendo como Setorial de Contabilidade esta SR(10)SC ã UG/373070.

Os trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Administração estão diretamente relacionados às ações de atividade meio, dando suporte, ou melhor, dizendo, dando condições às demais divisões da superintendência regional desenvolver as atividades fins da Instituição, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais da Divisão de Administração do INCRA/SC e Serviços Gerais, consta prover as unidades finas da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando procedimentos licitatórios necessários a aquisição desses bens materiais e da contratação das prestações de serviços. No exercício de 2009, podemos citar como destaque a continuidade da estruturação da frota de veículos da Superintendência Regional de SC e da continuidade na aquisição de mobiliário em geral, não só na regional, mas também, na nossa Unidade Avançada de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC, dando ao órgão e aos seus servidores, condições propícias ao desempenho de suas atividades.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão de Administração do INCRA/SR(10)SC e o Setor de Administração da UA/SC que efetuam fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Superintendência Regional de SC na Lei Orçamentária Anual, dando suporte às demais divisões da regional no gerenciamento dos recursos que são de responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.

Essas atividades são executadas pelo Setor de Orçamento e Finanças que durante o exercício, em atendimento às demandas das demais divisões da SR(10)SC e UA/SC. Lembrando que é a SR(10)A que com a autorização do Ordenador de Despesas que descentraliza créditos orçamentários e repassa recursos financeiros para a nossa Unidade Avançada de Santa Catarina ã INCRA/UA/SC, mantendo rigoroso controle dos recursos orçamentários e financeiros, sendo prestadas pela SR(10)A, na regional, as orientações para o suporte e à tomada de decisões por parte dos gestores das diretorias fins.

A administração do contingente de pessoal da regional é efetuada pelo Setor de Recursos Humanos com a supervisão da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano ã INCRA/SEDE/BSB/DF, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas no âmbito das Superintendências Regionais, bem como à coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDATA e a GDARA, progressão funcional, bem como o estágio probatório.

No que concerne às atividades da área contábil, estas são executadas pelo Setor de Contabilidade, que dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da regional, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.

No que se refere à parte contábil em si, são executadas atividades de acompanhamento diário das atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional e também da nossa UA/SC, por meio de análise e exame dos registros lançados no SIAFI. Cabendo a S(10)A, como Setorial de Contabilidade/UG/373070, controlar as atividades da nossa UA/SC, emitindo mensagens de orientações, cobranças de ajustes e questionamentos, quando verificados lançamentos impróprios, bem como retransmissão de mensagens dos Órgãos Setoriais de Contabilidade, aos quais somos subordinados.

Também são de responsabilidade do Setor de Contabilidade, o desenvolvimento de atividades de colaborar na elaboração dos e confecção do Processo de Prestação de Contas Anual da SR(10)SC em conjunto com o da UA/SC, bem como a instauração dos Processos de Tomadas de Contas/TCE, para apuração de eventuais responsabilidades por procedimentos que tenham causado dano ao erário no âmbito desta regional.

Cabe destacar, que desde 2000, com a reestruturação da Autarquia houve a extinção da Chefia para o encarregado do Setor de Contabilidade da regional, existindo chefias na Coordenação-Geral de Contabilidade somente no INCRA/SEDE, e em contrapartida foram descentralizadas as responsabilidades da área para as regionais, ou seja, a Superintendência Regional ficou com o ônus da descentralização de trabalhos de contabilidade, que ocorreu nos últimos exercícios, sem, no entanto, existir gratificação para o encarregado do Setor Contábil. (grifamos).

Ainda com relação às transferências de recursos vinculados a convênios e/ou instrumentos congêneres, o Setor de Contabilidade mantém controle e acompanhamento da execução, no que se refere aos registros efetuados no SIAFI e a partir de 2009 no SICONV, em nível estadual.

No SICONV com a implantação do sistema em 2009, cabe destacar, a dificuldade do uso do mesmo, prossegue, não só no cadastramento de órgãos públicos do estado, de entidades e outros, mas também da grande dificuldade operacional do referido sistema, o que dificulta e muito os trabalhos do Setor de Contabilidade e também os registros de informações no referido sistema pelos demais servidores desta regional. Lembrando que é consensual a informação dos servidores que operam o mesmo no INCRA/SC. (grifamos).

E, finalmente o Setor de Patrimônio e Almoxarifado desta SR(10)A é que executa o controle de patrimônio e de almoxarifado desta regional, mantendo o gerenciamento do Sistema Informatizado de Controle Patrimonial do INCRA.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea c)

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ¹	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e)=(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013583840001	P/A/OP	1/2/3/4	Família	510	239	0	239	47%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)

¹ Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (999) e Ação (9999).

53.097,00	36.777,50	36.377,50	98,91	36.377,50	100	20.486,90	56,31
-----------	-----------	-----------	-------	-----------	-----	-----------	-------

Fonte:

Execução de Restos a Pagar (RAP) Exercícios anteriores

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

Na execução física dessa ação, foram cadastradas, entre Acampamentos de Agricultores Sem Terra e Atingidos por Barragens, 239 famílias. Estas famílias foram contempladas pelo PNRA no ano de 2011. Foram cadastradas famílias que se tornaram beneficiárias, segundo o Relatório Gerencial ã REL0229 extraído do SIPRA, sendo 190 (cento e noventa) assentadas através de retomadas de lotes e na RESEX Extrativista Marinha do Pirajubaé e 49 (quarenta e nove) no Projeto de Assentamento Néri Fabris, no município de Curitibaanos.

2.3.1.2 Ação 8387 ã Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Emerson Luis Schmidt**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013583870001	P/A/OP	1/2/3/4	Há	5000	12.134,3809	11.500,5481	23.634,929	472%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
93.000,00	120.739,90	115.037,88	95,27	115.037,88	100	96.654,48	84,01

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
13.303,12	3.077,27	10.225,85	-0-

Fonte: SIAFI.

O Estado de Santa Catarina é constituído basicamente de imóveis com menos de 50 hectares, sendo considerado um Estado da Federação altamente minifundiário e de produção integrada às indústrias de laticínios e de produtos animais (indústrias de aves, suínos, ovinos e bovinos), com imóveis de maior área em sua maioria avaliados como produtivos pela crescente expansão nos últimos 10 anos das lavouras comerciais de *Pinnus* sp e *Eucalyptus* sp.

Além de relevo montanhoso e a necessidade de preservação da Mata Atlântica em suas inúmeras facetas com áreas de fontes e rios de águas doces, a união desses fatores causa enorme dificuldade em localizar áreas aptas para a intervenção fundiária com fins de reforma agrária. Não bastasse temos também a impossibilidade de vistoriar áreas para fins de desapropriação com a previsão dada pela Lei nº 8.629/93, *in letris*:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 7º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

Explica-se o referido anteriormente porque ã conforme anexos ã dos 293 municípios do Estado, 275 municípios foram atingidos por vendavais, granizo, seca, enxurradas, etc.

No ano de 2011, foram reassentadas (ocupação de lotes vagos) pelo Serviço de Implantação 190 famílias.

O condicionamento dos usos das terras à função social através da justa e adequada distribuição da propriedade, com exploração racional e de recuperação social e econômica de regiões no Estado de Santa Catarina foi executada a partir do ano de 2008 com ênfase à localização de áreas em conformidade ao estabelecido pelo II PNRA e do Diagnóstico Regional, objetivando um crescimento econômico regional com distribuição de renda, geração de empregos, preservação do meio ambiente e principalmente a busca da segurança alimentar ã sempre impulsionados pelas economias locais.

Iniciou-se então um processo de análise dos dados constantes no SNCR ã Sistema Nacional de Cadastro Rural ã identificando, mesmo que com dados atualizados somente até o ano de 1992, os imóveis rurais com área igual ou superior a 15 MF principalmente das regiões que apresentavam um baixo IDH, associados a uma exploração visivelmente voltada à monocultura do pinus sp., bem como em regiões onde até então não tinha ocorrido uma ação mais contundente do INCRA no Estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina, já conhecido nacionalmente como um estado estritamente minifundiário e com produtores de nível de tecnologia A ã com uso de máquinas e equipamentos

modernos associados aos sistemas de manejo com sementes de híbridos de alta produção e agro-químicos seletivos ã respondeu ao mercado com um incremento ainda mais acentuado, levando as propriedades rurais a atingirem um GUT de 100% e um GEE de até 272%.

Também neste contexto os imóveis com áreas superiores a 15 MF responderam positivamente à pressão de demanda do mercado externo dos grãos de soja.

Análise do alcance dos objetivos e metas:

O objetivo principal nas ações vistoria de imóveis rurais foi no sentido de obter maior eficiência quanto aos imóveis vistoriados e que realmente seriam destinados à implantação de projetos de assentamentos.

Neste sentido buscou-se para elevar o índice de anos anteriores que variavam entre 10% e 15% a utilização de análises baseadas em imagens de satélite concomitante às análises cadastrais e cartorárias, possibilitando assim com um menor número de vistorias obterem um maior número de imóveis viabilizados para o programa de reforma agrária.

Também afeta muita a conclusão dos trabalhos realizados a carência de corpo técnico na área de Cartografia para os levantamentos em campo e elaboração de mapas de perímetro e usos das terras.

Dentro deste conceito projetou-se a capacidade operacional para vistorias em 20 imóveis rurais, sendo que com desdobramentos técnicos a campo, totalizou-se em 34 imóveis rurais com área total de 21.395,5325 hectares. Destas vistorias foram iniciados e concluídos no ano de 2011, 27 imóveis com área total de 9.894,9484 ha e outros 07 imóveis finalizados de exercícios anteriores com o área total de 11.500,5841 ha.

Importante destacar que a Divisão de Obtenção de Terras SR-10 também atuou como Assistente Técnico da União e de suporte a outras SR do INCRA, em 14 processos, principalmente na região oeste do Estado e no Estado do Rio Grande do Sul, totalizando um volume de 2.239,4325 hectares.

Cabe ressaltar que as vistorias atingiram 19 municípios, localizados no Meio Oeste Catarinense, Planalto Norte e Planalto Serrano.

Segue abaixo lista dos imóveis vistoriados:

- Fazenda Rincão dos Tijolos II, localizada no município de Cerro Negro, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000704/2011-05, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, com área de 200,6767 hectares, e término dos trabalhos no mês de junho de 2011.
- Fazenda Sítio dos Portões, localizada no município de Anita Garibaldi, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000707/2011-31, através da ordem de serviço de nº. 077/2010 com área de 50,7189 hectares e término dos trabalhos no mês de junho de 2011.

- Fazenda Butiá, localizada no município de Anita Garibaldi, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000709/2011-20, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, com área de 284,2796 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Pinheiro Marcado II, localizada no município de Campo Belo do Sul, com área de 166,5100 hectares e término dos trabalhos em maio de 2011.
- Fazenda Pinheiro Marcado I, localizada no município de Cerro Negro, com 556,6300 hectares e término dos trabalhos em maio de 2011.
- Fazenda São João dos Pintos, localizada no município de Cerro Negro, com área de 1.028,5000 hectares e término dos trabalhos em maio de 2011.
- Fazenda dos Tijolos, localizada no município de Cerro Negro, com área de 2.441,2200 hectares e término dos trabalhos em maio de 2011.
- Fazenda Rincão dos Tijolos, localizada no município de Cerro Negro, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000705/2011-41, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, com área de 100,7130 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Glória, localizada no município de Campo Belo do Sul, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000706/2011-96, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, área de 48,9595 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Pinheiros dos Ralos II, localizada no município de Cerro Negro, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000708/2011-85, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, área de 107,8554 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Pinheiros dos Ralos III, localizada no município de Cerro Negro com laudo de fiscalização de nº. 54210.000703/2011-52, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, área de 36,3722 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Pinheiros dos Ralos, localizada no município de Cerro Negro, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000702/2011-16, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, área de 957,7890 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Morros Altos, localizada no município de Campo Belo do Sul, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000701/2011-63, através da ordem de serviço de nº. 077/2010, área de 112,4105 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Volta Grande, localizada no município de Zortéa, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000913/2011-41, através da ordem de serviço de nº. 022/2011, área de 804,0062 hectares e término dos trabalhos em setembro de 2011.
- Fazenda Tijolos II, localizada no município de Cerro Negro, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000358/2011-57, através da ordem de serviço de nº. 076/2010, área de 170,3054 e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Tijolos III, localizada no município de Cerro Negro, com laudo de fiscalização nº. 54210.000357/2011-11, através da ordem de serviço de nº. 076/2010, área de 56,4813 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.

- Fazenda Tijolos IV, localizada no município de Cerro Negro, com laudo de fiscalização nº. 54210.000359/2011-00, através da ordem de serviço de nº. 076/2010, área de 30,6845 hectares e término dos trabalhos em junho de 2011.
- Fazenda Cabaçais, localizada no município de Ponte Alta, com laudo de fiscalização nº.54210.001114/2011-91, através da ordem de serviço de nº. 029/2011, área de 119,4974 hectares e término dos trabalhos em dezembro de 2011.
- Fazenda Ângelo Guella, localizada no município de Chapecó, com laudo de vistoria e avaliação de nº. 54211.000097/2011-65, através da ordem de serviço de nº. 026/2011, área de 318,3925 hectares e término dos trabalhos em novembro de 2011.
- Fazenda Juara, localizada no município de Morro Grande, com laudo de fiscalização de nº. 54210.001443/2011-32, área de 250,0000 hectares e término dos trabalhos em agosto de 2011.
- Fazenda Santo Antônio, localizada no município de Capinzal, com laudo de fiscalização de nº. 54210.001601/2011-54, através da ordem de serviço de nº. 037/2011, área de 540,8846 hectares e término dos trabalhos em dezembro de 2011.
- Fazenda Canoas, localizada no município de Ponte Alta, com laudo de fiscalização de nº. 54210.001111/2011-58, através da ordem de serviço de nº. 030/2011, área de 316,9803 hectares e término dos trabalhos em dezembro de 2011.
- Fazenda Rio dos Cachorros, localizada no município de Ponte Alta, com laudo de fiscalização de nº. 54210.001112/2011-01, através da ordem de serviço de nº. 030/2011, área de 309,8292 hectares e término dos trabalhos em dezembro de 2011.
- Fazenda Cambará, localizada no município de Campo Belo do Sul, com laudo de fiscalização de nº. 54210.001004/2010-49, área de 4441,5328 hectares, processo iniciado no ano de 2010 e concluso em janeiro de 2011.
- Fazenda Tijolos I, localizada no município de Campo Belo do Sul, com laudo de fiscalização de nº. 54210.001005/2010-93, área de 2.360,9749 hectares, processo iniciado no ano de 2010 e concluso em janeiro de 2011.
- Fazenda Aquidaban, localizada no município de Passos Maia, com laudo de fiscalização de nº. 54210.000607/2010-23, área de 1.360,1233 hectares, processo iniciado no ano de 2010 e concluso em janeiro de 2011.
- Fazenda Ameixeira, localizada no município de Passos Maia, com laudo de fiscalização de nº.54210.000609/2010-72, área de 1.636,2859 hectares, processo iniciado no ano de 2010 e concluso em janeiro de 2011.
- Fazenda Santa Fé, localizada no município de Passos Maia, com laudo de fiscalização de nº.54210.001316/2010-52, área de 672,3365 hectares, processo iniciado no ano de 2010 e concluso em janeiro de 2011.
- Fazenda Butiá, localizada no município Rio Negrinho, com laudo de vistoria e avaliação de nº. 54210.000974/2005-60, área de 816,2501 hectares, processo iniciado no ano de 2010 e concluso em fevereiro de 2011.

- Fazenda Cachoeira, localizada no município Passos Maia, com laudo de fiscalização de nº. 54210.001317/2010-05, área de 213,0806 hectares, processo iniciado no ano de 2010 e concluso em janeiro de 2011.
- PA 25 de Julho, localizada no município de Catanduvas, com laudo de vistoria e avaliação de nº. 54210.001358/2004-45, área de 217,8231 hectares, ordem de serviço SR(10) 55/2011 e término dos trabalhos em dezembro de 2011.
- PA Herança do Contestado, localizada no município de Mafra, com laudo de vistoria e avaliação de nº. 54210.000437/2003-58, área de 149,2410 hectares, ordem de serviço SR(10) 54/2011 e término dos trabalhos em dezembro de 2011.
- PA Manoel Alves Ribeiro, localizada no município de Irineópolis, com laudo de vistoria e avaliação de nº. 54210.000868/2004-03, área de 126,2200 hectares, ordem de serviço SR(10) 53/2011 e término dos trabalhos em dezembro de 2011.
- PA Herdeiro Argemiro de Oliveira, localizada no município de Canoinhas, com laudo de vistoria e avaliação de nº. 54210.000869/2004-40, área de 391,9681 hectares, ordem de serviço SR(10) 52/2011 e término dos trabalhos em dezembro de 2011.

Trabalhos de apoio à justiça Federal, como assistente técnico da União e SR 11(RS):

- Processo nº. 2007.72.12.000924-0, para atender a demanda de Donner Locadora de Imóveis Ltda., no município de Passos Maia, com área de 300,0000 hectares, em agosto de 2011.
- Processo com a Funai para atender a demanda de Valdenir P. Bedin, no município de Chapecó, com área de 55,0000 hectares, em novembro de 2011.
- Processo de nº. 2002.72.02.001854-2, para atender a demanda de Jorge Alberto Salfner, no município de Cunha Porá, com área de 2,1668 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 2008.72.02.002212-2, para atender a demanda de Inácio Bonnenberg, no município de Iporã do Oeste, com área de 6,0000 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 2008.72.10.002020-89, para atender a demanda de Cleto Inácio Reckziegel, no município de Itapiranga, com área de 10,0000 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 2008.72.10.002020-89, para atender a demanda de Cleto Inácio Reckziegel, no município de Itapiranga, com área de 6,0000 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 5000810-77.2011.404.7202, para atender a demanda de Itacir Mascarello e esposa, no município de Xanxerê, com área de 300,0000 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 5000810-77.2011.404.7202, para atender a demanda de Mauri Paulo Fronza, no município de Xanxerê, com área de 3,4500 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 5000810-77.2011.404.7202, para atender a demanda de Simao Basotti, no município de Xanxerê, com área de 26,1794 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 2008.72.02.001533-6, para atender a demanda de Egídio Botta e esposa, no município de Xaxim, com área de 8,5278 hectares, em novembro de 2011.

- Processo nº. 5000291.05.2011.404.7202, para atender a demanda de Douglas Allan Martarello, no município de Xanxerê, com área de 8,1440 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 5000231.01.2011.404.7202, para atender a demanda de Amália Barbosa Giacomelli, no município de Xanxerê, com área de 10,5180 hectares, em novembro de 2011.
- Processo nº. 5001639.58.2011.404.7202, para atender a demanda de Luiz Marció e esposa, no município de Xanxerê, com área 24,4775 hectares, em novembro de 2011.
- Fazenda Xaffif Abrão Nazar, localizada no município de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, para atender demanda judicial que tratava de divergências de valores entre os laudos de fiscalização e avaliação de números 54222.001037/2010-70 e 54222.002899/2010-10, imóvel com área de 1.479,0000 hectares, ordem de serviço SR(10) 05/2011 e término dos trabalhos em fevereiro de 2011.

2.2.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013583740001	P/A/OP	1/2/3/4	Licença	13	47	0	47	361%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
125.280,00	21.974,45	21.310,36	96,97	21.310,36	100	21.310,36	100

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

O INCRA no Estado de Santa Catarina possui atualmente, sob sua jurisdição, 138 projetos de assentamento, duas regularizações fundiárias e 8 imóveis em obtenção, sendo que todos possuem a devida licença ambiental expedida ou protocolada.

Somente no ano de 2011 foram elaborados pelos 4 técnicos do serviço de meio ambiente (optou-se por não conveniar ou contratar), 46 relatórios necessários para renovação das Licenças Ambientais de Operação. Para a elaboração dos referidos relatórios, foi necessária a visita de todos os 46 Projetos, sendo diagnosticado as melhorias ambientais, sociais e de infraestrutura ocorridas no período de 2007 a 2011, subsidiando a melhor avaliação pelo órgão ambiental no deferimento da renovação das LAOs.

Desses 46 relatórios elaborados, 45 foram protocolizados (pág. 14 a 34 e 54 a 78 do processo 54210.000106/2011-28). Porém, através do Ofício GABP/DILIC/GELAF nº 2469 de 13 de julho de 2011 (pág. 35 do processo 54210.000106/2011-28), o presidente da FATMA solicitou que o INCRA retirasse os boletos para o pagamento desses relatórios protocolizados e só após o pagamento, os mesmos seriam analisados. O valor total para pagamento dos 45 boletos é de R\$ 278.476,40.

No entanto, através do parecer AGU/PGF/PFE/INCRA/SC/Nº 34/2011 (pág. 40, 40 v. e 41 do processo 54210.000106/2011-28) conforme conclusão da Sra. Procuradora Federal, ó ...é injusta e merecedora de revisão a atitude da FATMA, pois em assim agindo, está negando a legalidade do Decreto nº 326, de 28 de maio de 2007, do Governo do Estado de Santa Catarina, dando ênfase ao arrecadamento, em prejuízo do Programa da Reforma Agrária.

Para conhecimento, o referido Decreto em seu parágrafo 1º, informa que fica isento do pagamento dos serviços prestados pela Fundação do Meio Ambiente ã FATMA relativo ao licenciamento ambiental de regularização dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária, implantados até o ano de 2005, requeridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ã INCRA. Ressaltamos que os 46 Projetos de Assentamento se enquadram nessa situação.

Em seguida foram encaminhados à FATMA os ofícios nº 1877/2011 (págs. 42 e 43), nº 2481/2011 (págs. 49 e 50) e 14/2012 (pág. 52), todos anexados ao processo 54210.000106/2011-28, visando reconsiderar a validade do Decreto, porém ainda não obtemos resposta.

Em razão dessa situação, apenas o relatório do P.A. Bela Vista, localizado no município de Abelardo Luz, não foi protocolizado, em virtude de ao solicitar o protocolo, a FATMA emitiu um boleto para ser efetuado o pagamento no valor de R\$ 6.187,92.

Ressalta-se que para 2.012 ocorrerá a mesma situação para outros 49 Projetos de Assentamento, totalizando R\$ 303.208,08. É de suma importância que tal situação seja resolvida e se verifique a possibilidade desse substancial recurso ser utilizado como pagamento de serviços ambientais e não como mero pagamento de taxas administrativas.

Em relação às Licenças Ambientais Prévia, foi protocolizado 1 pedido de área em obtenção denominada Fazenda Pesqueiro São Pedro e em face do processo de desapropriação não estar finalizado, o Órgão Ambiental não realizou até o momento a vistoria no imóvel, aguardando para tal procedimento definições judiciais.

Outra Licença Ambiental Prévia, do P.A. Miguel Fortes, cuja validade era até novembro de 2011, foi renovada pela FATMA de ofício até 11/11/2014.

Salientamos que 80 % do tempo despendido pelos técnicos do serviço de Meio Ambiente (2 Eng. Florestais, 1 Geógrafa e 1 Agrônoma) baseia-se em manter as licenças ambientais em vigor, não sendo possível realizar de forma adequada outros trabalhos técnicos, na nossa opinião, mais importantes, tais como: averbações de reservas legais, educação ambiental, monitoramento de crimes ambientais, recuperação ambiental, etc. Verificamos que apesar de conseguirmos manter com o êxito a validade das licenças ambientais, tal procedimento interfere e vem interferindo muito pouco na vida dos assentados.

O quadro abaixo resume o histórico das licenças ambientais relativas às áreas que estão sob a jurisdição do INCRA/SC no ano de 2011:

Quadro 1: Licenças ambientais protocoladas e emitidas no ano de 2011

Imóvel	Licença Ambiental	Protocolo em 2011	Expedido em 2011	Total 2011
Imóvel em obtenção	Prévia	1	0	1
Projeto de Assentamento	Prévia	1	1*	1
Projeto de Assentamento	Instalação	0	0	0
Projeto de Assentamento	Operação	45**	0	45
Regularização Fundiária	Operação	0	0	0

* a LAP do Miguel Fortes foi renovada de ofício em prazo de novembro de 2011 para novembro de 2014.

** Renovação das LAOS

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013544600001	P/A/OP	1/2/3/4	Há	1500	2139,87	0	2139,87	146%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
6.345.000,00	491.115,28	491.115,28	100	491.115,28	100	491.115,28	100

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

No ano de 2011, no que se refere à Obtenção de imóveis rurais, houve por parte da Divisão de Obtenção nesta ação, a emissão da Portaria de Criação do Projeto de Assentamento Néri Fabris, em Curitiba, com área 745,37 hectares, contemplando 49 famílias.

Também no curso de 2011, foi feito o reconhecimento da RESEX (Reserva Extrativista) Marinha do Pirajubaé, no município de Florianópolis, com área de 1.444,0000 hectares, contemplando inicialmente 28 (vinte e oito) famílias de pescadores e extrativistas.

Santa Catarina insistiu muito pela expectativa de decretação de novas áreas para a reforma agrária, do qual a Fazenda Linda Vista, localizada no município de São José do Cerrito, com área de 648,9424 hectares, com capacidade para 30 famílias foi contemplada com o Decreto Presidencial no mês de dezembro de 2011. Temos ainda outra área que pertence à empresa Monsanto SA com capacidade para 40 famílias no município de Xanxerê e que apresenta um grande impasse jurídico, dificultando o Decreto Presidencial.

Processos de Criação de Assentamento e Reconhecimento:

- Processo nº. 54210.000684/2011-64, originando o reconhecimento da RESEX (Reserva Extrativista) Marinha do Pirajubaé, no município de Florianópolis, com área de 1.444,0000 hectares, em maio de 2011, contemplando inicialmente 28 (vinte e oito) famílias de pescadores e extrativistas.
- Processo nº 54210.001936/2011-72, originando o Projeto de Assentamento Néri Fabris, no município de Curitiba, com área de 745,3700 hectares, em dezembro de 2011, contemplando 49 (quarenta e nove) famílias beneficiárias para o Plano Nacional da Reforma Agrária.

Áreas decretadas para a reforma agrária:

- Processo nº 54210.000897/2009-71, no município de São José do Cerrito, com área de 648,9424 hectares, em dezembro de 2011, com perspectiva para contemplar 30 (trinta) famílias beneficiárias para o Plano Nacional da Reforma Agrária.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112201352272001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
2.180,00	414.541,07	414.5465,39	99,98	414.465,39	100	149.187,30	35,99

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
------------------	----------------	-----------	-------------

7.404,29	103,77	7.300,52	-0-
----------	--------	----------	-----

Fonte: SIAFI.

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos Peritos Federais Agrários e Técnicos da Cartografia e Recursos Naturais ã passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias ã para vistorias, avaliações e perícias de imóveis rurais destinados ao Programa de Reforma Agrária (Assentamentos).

Também estão incluídos os gastos com as ações de identificação de imóveis rurais passíveis de vistoria, levantamento cartorário com a busca de matrículas atualizadas, notificações aos proprietários e acompanhamento de Peritos Judiciais (em ações judiciais que exigem a perícia em imóveis já decretados e/ou em via de decretação).

Foram alcançados os resultados buscados de forma satisfatória, tendo como resultado de médio e longo prazo a confecção de Laudos Agronômicos de Fiscalização e Laudos Agronômicos de Avaliação de imóveis rurais passíveis de serem incorporados ao Programa de Reforma Agrária.

2.3.2 Programa 0137 ã Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013783960001	P/A/OP	1/2/3/4	Famílias	268	230	1185	1415	528%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
1.313.507,00	4.062.376,66	4.062.376,66	100	4.062.376,66	100	383.105,54	9,43

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
------------------	----------------	-----------	-------------

197.349,46	-0-	197.349,46	-0-
------------	-----	------------	-----

Fonte: SIAFI.

O INCRA-SC, através do setor de infraestrutura, se utiliza dos instrumentos de Convênios e Contratos para a recuperação e implantação da infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento social e econômico dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária localizados.

Busca-se firmar parcerias com as esferas locais para o desenvolvimento das atividades, visto que a capacidade operacional da autarquia é reduzida, em vista do tamanho da demanda potencial proveniente dos projetos de assentamento.

Os projetos de infraestrutura na SR -10/SC, basicamente, se resumem na abertura de novas estradas, na recuperação de estradas existentes, na construção de pontes e bueiros, centros comunitários e na construção de sistema de abastecimento de água.

Estas obras são de vital importância para o desenvolvimento socioeconômico dos projetos de assentamento, pois garantem o acesso dos assentados aos seus lotes, facilitam o escoamento da produção agrícola, diminui perdas na produção (principalmente de leite e hortaliças), diminui o custo da produção, aumenta a renda, facilitam o transporte escolar dos filhos dos assentados, garantem água em quantidade e qualidade.

Dessa forma, cria condições necessárias para que o beneficiário da reforma agrária tenha uma vida digna, com possibilidades de desenvolvimento econômico e social no campo, garantindo que as pessoas que ali trabalham sua terra possam permanecer em seus lotes.

Em termos de dificuldades encontradas até o momento pelo serviço de infraestrutura destaca-se a o reduzido número de servidores para acompanhamento das propostas e da ausência de profissional habilitado na área de Engenharia Civil para análise dos projetos básicos e para a fiscalização da execução dos convênios e contratos, atrasando o início da execução.

Entretanto, após as análises e adequações solicitadas, e com o projeto em andamento, não foi encontrada nenhuma dificuldade, sendo que todos os projetos que se encerraram no período de 2011 ou que ainda estão em vigência, atingiram ou estão atendendo até o momento o objeto proposto.

A seguir segue a relação dos convênios e contratos iniciados ou encerrados no ano de 2011:

CONVÊNIOS INICIADOS EM 2011 E QUE ENCONTRAM EM EXECUÇÃO:

1) N° Convênio SICONV: 755986/2011

Município: Campo Erê

PA: Olívio Albani

N° Famílias Beneficiadas: 30

Vigência:

-Início: 21/09/2011

-Término: 20/03/2012

Objeto: Recuperação de 12,55 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Olívio Albani, localizado no município de Campo Erê

Valor total do convênio: R\$ 285.792,39

Situação: Em execução

Descrição: Esse convênio está sendo executado pela Prefeitura Municipal de Campo Erê e tem como objetivo recuperar 12,55 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Olívio Albani, beneficiando 30 famílias assentadas.

2) N° Convênio SICONV: 756244/2011

Município: Chapecó

PA: Dom José Gomes

N° Famílias Beneficiadas: 31

Vigência:

-Início: 03/11/2011

-Término: 30/06/2012

Objeto: Recuperação de 10,30 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Dom José Gomes, localizado no município de Chapecó

Valor total do convênio: R\$ 111.990,00

Situação: Em execução

Descrição: Esse convênio está sendo executado pela prefeitura municipal de Chapecó e tem como objetivo recuperar 10,30 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Dom José Gomes, beneficiando 31 famílias assentadas.

3) N° Convênio SICONV: 752073/2010

Município: São Miguel do Oeste

PA's: Antas e Jacutinga

N° Famílias Beneficiadas: 63

Vigência:

-Início: 28/02/2012

-Término: 06/04/2012

Objeto: Recuperação de 12,60 km de estradas vicinais, sendo 5,60 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Antas e 7,00 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Jacutinga, localizados no município São Miguel do Oeste.

Valor total do convênio: R\$ 201.377,00

Situação: Em execução

Descrição: esse convênio está sendo executado pela prefeitura municipal de São Miguel do Oeste e tem como objetivo recuperar 12,60 Km de estradas vicinais, sendo 5,60 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Antas e 7,00 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Jacutinga, beneficiando 63 famílias assentadas.

CONTRATOS INICIADOS EM 2011 E QUE ENCONTRAM EM EXECUÇÃO:

1) N° Contrato: CRT/SC/07000/2011

Empresa Executora: Gaia Rodovias Ltda

Município: Correia Pinto

PA: Pátria Livre

N° Famílias Beneficiadas: 69

Vigência: Início: 22/11/2011 -Término: 22/07/2012

Objeto: Implantação e recuperação de 17,40 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Pátria Livre, localizado no município de Correia Pinto

Valor total do convênio: R\$ 699.473,49

Situação: Em execução

Descrição: Esse contrato é executado pela empresa Gaia Rodovias Ltda e tem como objetivo implantar e recuperar 17,40 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Pátria Livre, localizado no município de Correia Pinto, beneficiando 69 famílias assentadas.

2) N° Contrato: CRT/SC/08000/2011

Empresa Executora: Gaia Rodovias Ltda

Município: Taió

PA: Miguel Fortes da Silva

N° Famílias Beneficiadas: 37

Vigência: Início: 14/12/2011 -Término: 14/06/2012

Objeto: Implantação de 5,00 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió

Valor total do convênio: R\$ 219.590,26

Situação: Em execução

Descrição: Esse contrato é executado pela empresa Gaia Rodovias Ltda e tem como objetivo implantar 5,00 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió, beneficiando 37 famílias assentadas.

CONVÊNIOS INICIADOS EM 2009 E FINALIZADOS EM 2011:

1) N° Convênio SICONV: 708982/2009

Município: Abelardo Luz

PA's: Roseli Nunes, Indianópolis, 13 de Novembro, Novo Horizonte, Três Palmeiras

N° Famílias Beneficiadas: 409

Vigência: Início: 29/12/2009 -Término: 29/03/2011

Objeto: Recuperação de 65,25 km de estradas vicinais em Projetos de Assentamento do município de Abelardo Luz

Valor total do convênio: R\$ 769.950,00

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: Esse convênio foi executado pela Prefeitura Municipal de Abelardo Luz e teve como objetivo recuperar 65,25 Km de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento Roseli Nunes, Indianópolis, 13 de Novembro, Novo Horizonte e Três Palmeiras, beneficiando 409 famílias assentadas.

CONVÊNIOS INICIADOS EM 2010 E FINALIZADOS EM 2011:

1) N° Convênio SICONV: 741512/2010

Município: Abelardo Luz

PA's: Papuã I, Papuã II, Sandra, Santa Rosa I, Santa Rosa II, Recanto Olho d'água e Juruá

N° Famílias Beneficiadas: 347

Vigência: Início: 25/06/2010 -Termino: 23/07/2011

Objeto: Recuperação de 55,40 km de estradas vicinais em Projetos de Assentamento do município de Abelardo Luz.

Valor total do convênio: R\$ 767.468,89

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: esse convênio foi executado pela prefeitura municipal de Abelardo Luz e teve como objetivo recuperar 55,40 Km de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento Papuã I, Papuã II, Sandra, Santa Rosa I, Santa Rosa II, Recanto Olho d'água e Juruá, beneficiando 347 famílias assentadas.

2) N° Convênio SICONV: 070296/2009

Município: Canoinhas

PA: Herdeiro de Argemiro de Oliveira

N° Famílias Beneficiadas: 25

Vigência: Início: 01/06/2010 -Término: 28/02/2011

Objeto: Recuperação de 13,62 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Herdeiro de Argemiro de Oliveira

Valor total do convênio: R\$168.528,03

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: Esse convênio foi executado pela prefeitura municipal de Canoinhas e teve como objetivo recuperar 13,62 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Herdeiro de Argemiro de Oliveira, beneficiando 25 famílias assentadas.

3) N° Convênio SICONV: 709197/2009

Município: Frei Rogério

PA: Índio Galdino

N° Famílias Beneficiadas: 58

Vigência: Início: 01/02/2010 -Término: 11/04/2011

Objeto: Recuperação de 7,995 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Índio Galdino

Valor total do convênio: R\$ 106.589,22

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: Esse convênio foi executado pela prefeitura municipal de Frei Rogério e teve como objetivo recuperar 7,995 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Índio Galdino, beneficiando 58 famílias assentadas.

4) N° Convênio SICONV: 741783/2010

Município: Passos Maia

PA: Zumbi dos Palmares, 20 de Novembro e 29 de Junho

N° Famílias Beneficiadas: 193

Vigência: Início: 29/06/2010 -Término: 27/07/2011

Objeto: Recuperação de 77,72 km de estradas vicinais em Projetos de Assentamentos do município de Passos Maia.

Valor total do convênio: R\$ 796.494,30

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: Esse convênio foi executado pela prefeitura municipal de Passos Maia e teve como objetivo recuperar 77,72 Km de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento Zumbi dos Palmares, 20 de Novembro e 29 de Junho, beneficiando 193 famílias assentadas.

5) N° Convênio SICONV: 741716/2010

Município: Paraíso

PA: Entre Rios

N° Famílias Beneficiadas: 73

Vigência: Início: 25/06/2010 -Término: 22/06/2011

Objeto: Recuperação de 32,00 km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Entre Rios

Valor total do convênio: R\$ 285.448,66

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: esse convênio foi executado pela prefeitura municipal de Paraíso e teve como objetivo recuperar 32,00 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Entre Rios, beneficiando 73 famílias assentadas.

6) N° Convênio SICONV: 722092/2009

Município: Rio Negrinho

PA: Norilda da Cruz

N° Famílias Beneficiadas: 80

Vigência : Início: 11/01/2010 -Término: 23/06/2011

Objeto: Recuperação de 22,15km de estradas vicinais em Projeto de Assentamento e Elaboração de Projeto e Construção de uma Ponte em Concreto com 08metros de vão e classe 30 toneladas.

Valor total do convênio: R\$ 353.882,18

Situação: Finalizado. Prestação de Contas Aprovada

Descrição: Esse convênio foi executado pela Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e teve como objetivo recuperar 22,15 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Norilda da Cruz, beneficiando 80 famílias assentadas.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013583980001	P/A/OP	1/2/3/4	Família	72	0	0	0	0	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
39.059,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.150,00	-0-	1.150,00	-0-

Fonte: SIAFI.

No ano de 2011, não foram realizadas atividade na ação 8398.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização ã Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21691013743200001	P/A/OP	1/2/3/4	Família	143	2948	0	2948	2061%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
38.600,00	597.962,34	597.962,34	100	597.962,34	100	96.065,41	16,06

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
771.416,48	769.261,60	2.154,88	-0-

Fonte: SIAFI.

A ação de fomento a Agroindustrialização, a Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias ã TERRA SOL visa à agregação de valor a produção do publico da Reforma Agrária, através de ações de pesquisa de mercado, inserção mercadológica, capacitação de assentados e técnicos, implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias, apoio a atividades não agrícolas como: turismo rural, artesanato e agroecologia.

A ação Terra Sol procura sempre preservar as características regionais, cadeias produtivas estabelecidas exaltando as experiências e potencialidades locais. Os projetos na SR-10 são conduzidos através de execução direta da autarquia por instrumento licitatório, e também há busca de parcerias com outras esferas locais para a implantação de projetos através da formulação de convênios.

Os projetos da ação de fomento têm fundamental importância para o desenvolvimento do projeto de assentamento e do público beneficiário, garantindo agregação de valor à produção beneficiada, podendo o assentado inserir o produto no mercado consumidor sem o intermédio de terceiros (atravessadores), qualificando e aumentando sua renda, garantindo assim condições para que ele se fixe definitivamente na terra.

Vale destacar que o INCRA de Santa Catarina vem apoiando a realização de feiras nos assentamentos da reforma agrária. Este apoio tem contribuído significativamente no fomento das linhas produtivas definidas por cada região. A estratégia que vem sendo utilizada além da divulgação dos produtos da reforma agrária para a comunidade local, propicia o maior envolvimento da comunidade, da economia local bem como a participação social na dinâmica territorial do município e da região.

Um dos objetivos atingidos que é de fácil mensuração é o resultado do público presente, que no início do apoio a divulgação dos produtos dos assentamentos e as ações do governo na reforma agrária, passaram de um publico de menos de 1000 visitantes para atualmente entre oito a dez mil, reiterando a necessidade da continuidade dessa ação na divulgação dos produtos dos assentados.

Como dificuldade encontrada no desenvolvimento da ação, pode-se afirmar que o problema se encontra na fase de pré-projeto, devido ao número de servidores aptos a realizar tais análises, e também da qualidade das pré-propostas, há de se observar que onde a Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) participou na elaboração da proposta, tais projetos foram viabilizados mais rapidamente, sem necessidade de solicitações de adequações.

Segue abaixo resumo dos projetos do Programa Terra Sol executados em 2011.

1 º Título do Projeto: *Ampliação das Atividades de Agroindustrialização de Alimentos.*

Resumo: O projeto apresentado pelo proponente consiste na compra de equipamentos para a ampliação das atividades na agroindústria. Equipamentos estes que possibilitam o incremento da produção através da agregação de valor.

Período de Execução: Iniciado em 16 de Dezembro de 2011 e ainda em execução.

Proponente: Cooperativa Regional Agropecuária TERRA LIVRE º SC

Município: Ponte Alta

Parcerias: Parceria com a COOPTRASC.

Objetos: Ampliação das atividades de agroindustrialização, com agregação de valor à cadeia produtiva hortifrutigranjeira e frutífera da região.

Objetivos Específicos:

- Apoiar as ações de incremento da produção dos cooperados no sistema agroecológico, fortalecendo a produção de alimentos;
- Equipar a unidade de produção;
- Eliminar atravessadores agregando valor à cadeia produtiva da moranga, dos hortifrutigranjeiros e das frutas produzidas pelos cooperados.

Devido a morosidade em que o projeto foi entregue e o tempo transcorrido para apresentação das peças técnicas devidamente corretas, o projeto completo foi apresentado quando os recursos do Programa já haviam sido descentralizados para outras SRs. Com a restrição orçamentária da instituição, no dia 26 de setembro foi emitido um novo parecer técnico para compra parcial de equipamentos de acordo com o pedido da proponente, equipamentos esses a serem adquiridos com mais urgência pela cooperativa.

Beneficiários: Número de famílias beneficiadas: 263 famílias e uma meta de elevar este número para 600 famílias beneficiadas.

Assentamentos beneficiados: Índio Gaudino, Sepé Tiarajú, Primeiro de Maio, Anita Garibaldi, Pátria Livre e 25 de Março.

Situação atual do processo: Aguardando a entrega dos equipamentos para a fiscalização, apresentação das notas fiscais e o pagamento para os vencedores da licitação.

2 º Título do Projeto: *Projeto para realização da primeira feira de produtos agroecológicos da reforma agrária das famílias assentadas e segundo encontro cultural.*

Resumo: O presente projeto teve a finalidade de promover os produtos oriundos da reforma Agrária, através de evento realizado nos dias 15 a 16 de outubro de 2011, no projeto de assentamento José Maria, comunidade sede, município Abelardo Luz-SC, objetivando assim as potencialidades dos produtores rurais assentados e possibilitando assim sua inserção no mercado.

Período de Execução: 15 a 16 de Outubro de 2011

Proponente: Associação Cultural Terra Livre - ACTL

Parcerias: COOPTRASC º Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina Ltda. CPFP º Centro de Produção e Formação Popular.

Objetos: Colocar em evidência a produção Agroecológica das famílias assentadas. Formar e Capacitar, buscando com isso a geração de trabalho, renda e a melhoria na qualidade de vida.

Beneficiários: Número de famílias beneficiadas diretamente: 250 famílias. Total de famílias: 1418.

Assentamentos beneficiados diretamente e indiretamente: Capão Grande, Papuã I, Papuã II, Sandra, Santa Rosa I, Santa rosa II, Santa Rosa III, Volta Grande, Indianópolis, Juruá, Recanto do Olho D'água, São Sebastião, Três Palmeiras, Treze de Novembro, Novo Horizonte, José Maria, Bela Vista, Nova Araçá, Nova Aurora, João Batista, Maria Silverston, Roseli Nunes.

Situação atual do processo: Executado e finalizado.

3 º Título do Projeto: *Feira Crioula da Reforma Agrária e Seminário Estadual de Cooperação Agrícola para o Desenvolvimento dos Assentamentos*

Período de Execução: A feira foi realizada no Assentamento Zumbi dos Palmares inserido no município de Passos Maia, no período de 22 a 27 de novembro de 2011.

Município: Passos Maia

Proponente: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina - CCA

Objetos: Seminário estadual dos assentamentos a fim de discutir e debater estratégias produtivas, organização e cooperação e Feira Crioula para divulgação dos produtos advindos da Reforma Agrária através da exposição e comercialização dos produtos industrializados e in natura.

Objetivos Específicos:

- Realizar um encontro em nível estadual de representantes de assentamento para estudar, avaliar e discutir os desafios das áreas de reforma agrária e o fortalecimento das cadeias produtivas através da cooperação.
- Debater os desafios da cooperação na agroindustrialização e comercialização da produção nos programas PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como em feiras livres e em centrais de comercialização.
- Discutir a produção cooperada na transição agroecológica e a superação de dependência de crédito e insumos químicos.

Beneficiários: Todos os representantes e assentados dos Projetos de Assentamento em Santa Catarina que atuam junto a Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina.

Resumo: O projeto apresentado pelo proponente consiste na realização do seminário estadual dos assentamentos realizado no Assentamento Zumbi dos Palmares a fim de discutir e debater estratégias produtivas, organização e cooperação, buscando promover o intercâmbio e a intercooperação entre as diversas experiências construídas. Junto a este evento será realizada a II Feira Crioula para a promoção e divulgação dos produtos industrializados e in natura oriundos dos Programas de Assentamentos da Reforma Agrária do estado de Santa Catarina.

Situação atual do processo: executado e finalizado.

4 º Título do Projeto: *12ª FEIRA DA MELANCIA*

Período de Execução: O evento foi realizado nos dias 18 a 20 de fevereiro de 2011 no assentamento 1º de maio no município de Curitibanos.

Município: Curitibanos

Proponente: Cooperativa Central da Reforma Agrária de Santa Catarina ã CCA/SC

Objetos: Viabilizar a divulgação e venda dos produtos oriundos da Reforma Agrária da região de Curitibanos-SC, Campos Novos-SC, Vargem-SC, Fraiburgo-SC, Lebon Regis-SC, Ponte Alta-SC, Monte Carlo-SC.

Número de famílias beneficiadas: 1004 Famílias, tanto direta como indiretamente.

Situação atual do processo: Executado e finalizado.

5 º Título do Projeto: *VI FEIRA DO FRANGO*

Período de Execução: O período de execução da feira se dá de 18/03/2011 a 20/03/2011.

Município: Dionísio Cerqueira

Proponente: Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste - COOPERUNIÃO

Beneficiários: 263 famílias e uma meta de elevar este número para 600 famílias beneficiadas.

Situação atual do processo: Executado e finalizado.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631013743580001	P/A/OP	1/2/3/4	Família	121	99	0	99	82%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
16.986,00	16.584,29	16.584,29	100	16.584,29	100	8.090,29	48,78

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

Na ação 4358, Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, nesta UJ, foram emitidas 99 (Noventa e nove) CCUs, destes, 16 (dezesesseis) CCUs objetivaram contemplar os beneficiários do PA Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió, criado em fins do ano de 2009. Os demais contemplaram beneficiários em parcelas retomadas em PA's antigos (anteriores a 2011) ou por substituição do CA (Contrato de Assentamento), por ocasião de movimentação do processo individual do beneficiário. Foram realizadas 99 publicações no Boletim de Serviço, conforme os números relacionados no banco de dados complementar da reforma agrária ã Relatório de Publicação CCU.

Deste total, as CCUs, foram emitidas para:

MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
ABELARDO LUZ	06	21
AGUA DOCE	02	07
ANCHIETA	01	01
BANDEIRANTE	01	04
BARRA BONITA	01	02
BOM JESUS	01	02
CALMON	02	10
CAMPOS NOVOS	02	04
CATANDUVAS	01	03
CHAPECÓ	01	02
CORREIA PINTO	02	03
FRAIBURGO	02	02
LEBON REGIS	02	03
MATOS COSTA	03	07
PALMA SOLA	01	02
PARAISO	01	01
PASSOS MAIA	01	01
RIO NEGRINHO	02	02
SANTA CECÍLIA	01	01
SANTA TEREZINHA	01	01
SÃO JOSÉ DO CEDRO	01	01
SÃO MIGUEL DO OESTE	01	01
TAIO	01	16
VARGEM BONITA	01	02
VIDAL RAMOS	01	01
TOTAL	39	99

Através das ações executadas pela Procuradoria Federal Especializada e da Divisão de Desenvolvimento foi possível o retomada em lotes vagos de 190 (cento e noventa) famílias, demonstrando assim a necessidade do acompanhamento de perto dos assentamentos já consolidados na identificação real da ocupação das terras. Dessa forma, houve sinalização positiva para a freqüentemente fiscalização através de uma Supervisão Ocupacional, muito debatida pelo INCRA/Sede, todos os lotes destinados à reforma agrária.

Em 2011 não foi possível a materialização dos acampamentos com coordenadas geográficas, ficando para 2012 a missão de localização dos mesmos e o devido cadastramento de todos os acampados de Santa Catarina.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

A Superintendência Regional de Santa Catarina não possui projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

NIL

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101372B060001	P/A/OP	1/2/3/4	família	0	39	0	39	390%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	49.995,90	49.995,90	100	49.995,90	100	49.995,90	100

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
150,00	150,00	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

Através do MEMO/CIRC/INCRA/SR (10)G/Nº 37/2011, de 23 de fevereiro de 2011, determinou-se que o Serviço de Meio Ambiente coordenasse as comissões para averiguações de crimes ambientais, demanda essa não planejada no fim de 2.010 em razão das atribuições estarem concentradas por comissão específica de servidores em sua maioria da Divisão de Desenvolvimento.

Após tal determinação, todos os processos existentes referentes à crimes ambientais foram enviados ao Serviço de Meio Ambiente para análise e elaboração de Pareceres Técnicos e PRADs (Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas), quando necessários. Os serviços basearam-se inicialmente na análise dos autos de infração encaminhados por diferentes órgãos (MPF, Polícias Federal e Militar, Ibama e Fatma). Quando as informações eram insuficientes, solicitávamos complementação. Após análise, todos os casos foram averiguados em campo pela equipe técnica. Ao retornar dos trabalhos de campo, os Pareceres Técnicos foram elaborados e caso houvesse necessidade, também se elaborava os PRADs.

A seguir, segue relação dos processos de crimes ambientais cujos Pareceres Técnicos e PRADs foram elaborados pelo Serviço de Meio Ambiente e encaminhados para demais providências:

54210.001902/2011-88 ã P.A. Terra Vista ã 1 assentado
54210.001901/2011-33 ã P.A. Olaria ã 1 assentado
54210.000295/2011-39 ã P.A. Herbert de Souza ã 08 Assentados
54210.000294/2011-94 ã P.A. Terra Vista ã 01 Assentados
54210.000298/2011-72 ã P.A. Domingos Carvalho ã 02 Assentados
54210.000296/2011-72 ã P.A. Domingos Carvalho ã 08 Assentados
54210.000291/2011-51 ã P.A. Olaria ã 01 Assentados
54210.000293/2011-40 ã P.A. Osiel Alves Pereira ã 05 Assentados
54210.000290/2011-14 ã P.A. Índio Galdino ã 06 Assentados
54210.000292/2011-03 ã P.A. Bromélias ã 04 Assentados
54210.000297/2011-28 ã P.A. Rio dos Cedros ã 1 assentado
54210.001775/2011-17 ã P.A. Osiel Alves Pereira ã 1 assentado

Salientamos que se optou por não contratar ou conveniar a elaboração dos Pareceres Técnicos e PRADs por empresa especializada.

Em razão do número reduzido de servidores no INCRA, em diversas situações os técnicos do Serviço de Meio Ambiente compõem Ordens de Serviço para executar atividades em outros setores, como exemplo participar de vistoria e avaliação de imóveis rurais quando se trata de avaliação de reflorestamentos (O.S. nº 38/2011), equipe de apoio nos pregões (O.S. Nº 33/2011) e instruir processos de terras públicas de propriedade do Incra que serão atingidas por PCHs (O.S. 15/2011).

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Sérgio Ricardo Rezende.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101370427001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	424	970	0	970	228%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
6.063.788,00	3.650.097,40	3.650.097,40	100	3.650.097,40	100	2.332.847,40	63,91

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.533.600,00	112.000,00	2.421.600,00	-0-

Fonte: SIAFI.

A execução da ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas nesta UJ proporcionou avanços na qualidade de vida das famílias beneficiadas pela ação, ocasionado pelas melhorias nas habitações presentes ou no desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, gerando com isso melhoria na acomodação das famílias assentadas, criando postos de trabalhos, movimentação da economia local, trazendo a sociedade para dentro dos assentamentos e dessa forma gerando nova postura do beneficiado, aumento sua auto-estima. Como todo projeto a desenvolver ou em desenvolvimento, sempre surgem problemas de diversas ordens, que ao serem apresentados, dentro de uma dinâmica e de acordo com as normativas e legislação que norteiam o processo vão sendo resolvidos.

Para efeito de análise, entendemos que os valores ofertados, principalmente ao crédito Aquisição e recuperação materiais de construção, não condizem plenamente com as necessidades das famílias assentadas, desta forma buscamos realizar o possível a partir de um cenário ideal, em mediação constante com os recursos materiais e humanos disponíveis.

Os insucessos, se levarmos em conta o universo a ser trabalhado, não são fatores relevantes, que possam ser avaliados como não conformação da validade de todo o processo. Os erros de conduta, quando de conhecimento do Órgão, são tratados imediatamente, e os resultados são apresentados às esferas superiores de acordo com o que prevê a legislação vigente. Quando detectado qualquer problema, na aplicação do crédito instalação, é constituída comissão por Ordem de Serviço de acordo com a legislação vigente, sendo que após a conclusão dos trabalhos, além de se notificada o agente causador, e enviado cópia do processo a Polícia Federal e ao Ministério Público.

Sobre a transferência dos recursos, esta ocorre de maneira a desejar melhorias, visto as agências do BB que operam os recursos desta ação, por vezes, não observarem o regramento proposto pela ação, promovendo movimentação dos recursos depositados em conta corrente vinculada e bloqueada, sem a devida autorização do INCRA, fato este, quando identificado pelo acompanhamento do processo, seja pelo assegurados ou pela comissão de acompanhamento e fiscalização, a agência bancaria, bem como a sede da instituição financeira, é imediatamente notificada para providenciar a reposição dos recursos movimentados indevidamente.

Quando a ocorrência envolve o público assentado, é solicitado que reponha o que faltou se for empresa ou instituição financeira que reponha o material e/ou valor diminuído. Cabe a comissão de fiscalização e acompanhamento da aplicação do crédito instalação, a procederem o acompanhamento das providências corretivas que foram deliberadas pela

comissão de inquérito, e a manter informado a Chefia sobre os desdobramento e cumprimento das ações propostas.

A execução da ação 0427, ao que tange a aplicação do crédito instalação na modalidade construção e recuperação de habitações, tem basicamente a incidência de parcerias, ou com a Caixa Econômica Federal, com Prefeituras Municipais, com a Cooperativa Central de Reforma Agrária e com outras instituições que servem como entidades organizadoras (através de termo de cooperação técnica). Normalmente esses recursos são transferidos para contas especialmente abertas junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A importância dessa parceria é fazer com que se alcance uma melhor aplicação dos recursos disponibilizados, e conseqüentemente ter mais uma fonte de acompanhamento e fiscalização, gerando o produto final de melhor e maior qualidade, propiciando melhor conforto as famílias assentadas.

Sobre as vantagens do referido crédito, principalmente é de permitir a melhoria da auto-estima da família assentada, além de proporcionar uma nova visão sobre a área do assentamento. Das desvantagens, podemos citar os valores estipulados para repasse, à interrupção da parceria com a Caixa Econômica Federal, e as exigências efetuadas pelas Normas de Execução, que muitas vezes oneram o valor concedido, visto exigência dos Órgãos de Controle interno e externo. Quanto à capacidade da força de trabalho da unidade jurisdicionada, mesmo sendo insuficientes os servidores conseguem efetuar aplicação e acompanhamento de forma eficiente.

Quanto aos critérios utilizados para análise e aprovação dos repasses de recursos estão contidos nas várias legislações existentes que disciplinam a forma e quantidade de crédito a ser disponibilizado. As eventualidades surgidas são analisadas a luz da legislação vigente, e se contempladas pela mesma são concedidos.

Não há problemas de inadimplência dos recursos transferidos, porém quando detectado problemas são mantidas ações textuais sobre o fato, e se não corrigidas são tomadas ações de acordo com a legislação vigente. Normalmente se utiliza de expediente formal para exigir da parte causadora a reparação do caso ocorrido, ou a reposição de valor, dessa forma evitando que o fato proposto deixe de ser executado. No ano de 2011, através dos trâmites legais realizados pela Superintendência Regional de Santa Catarina foram disponibilizados créditos para 970 famílias em 23 Projetos de Assentamento. Deste total de famílias contempladas com crédito verificamos abaixo cada modalidade disponibilizada:

Modalidade de Crédito	Famílias Atendidas	Projeto de Assentamento
<i>Crédito Apoio Inicial</i>	12	04
<i>Crédito Apoio Mulher</i>	33	02
<i>Crédito Aquisição de Materiais de Construção</i>	242	08
<i>Crédito Fomento</i>	04	01
<i>Crédito Adicional de Fomento</i>	31	01
<i>Crédito Recuperação de Materiais de Construção</i>	648	07
TOTAL	970	23

Quanto à aplicação dos créditos com processos finalizados de acordo com o manual de crédito do INCRA, bem como do Manual de Conceitos do Módulo de Monitoramento da Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA, foram aplicados e finalizados no ano de 2011 processos com 240 famílias em 17 Projetos de Assentamento. Desse total de famílias foram reformadas 77 casas em 04 projetos de assentamento.

A seguir pode-se verificar a modalidade do crédito, bem como o número de famílias e projetos de assentamentos atendidos.

Modalidade de Crédito	Famílias Atendidas	Projeto de Assentamento
<i>Crédito Apoio Inicial</i>	31	06
<i>Crédito Fomento</i>	132	07
<i>Crédito Recuperação de Materiais de Construção</i>	77	04
TOTAL	240	17

A seguir lista de créditos aplicados com sua modalidade, bem como Projeto de Assentamento beneficiado:

Quadro de informação de crédito totalmente aplicado 2011

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Abril/2011			
Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo

Conquista do Sepé	24	Fomento	Total
-------------------	----	---------	-------

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Maio/2011			
Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
Perdiz Grande	1	Apoio Inicial	Total
Nova Cultura	1	Apoio Inicial	Total
São Joao Maria	12	Rec Mat Cons	Total
Manoel Alves Ribeiro	11	Fomento	Total
Conquista de Sepe	22	Apoio Inicial	Total

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Junho/2011			
Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
Conquista do Sepe	24	Fomento	Total

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Julho/2011			
Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
Não houve movimentação			

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Agosto/2011			
Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
Dom Jose Gomes	26	Fomento	Total

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Setembro/2011			
Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
Não houve movimentação			

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Outubro/2011			
Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
25 de Julho	6	Fomento	Total
Derrubada	26	RMC	Total

Taborda	11	RMC	Total
Madre Cristina	15	RMC	Total
Olívio Albani	34	Fomento	TI
Olívio Albani	1	Apoio Inicial	TI

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Novembro/2011

Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
São Roque II	1	Fomento	Total
São Roque II	1	Apoio Inicial	Total
Vida Nova	4	Apoio Inicial	Total
Vida Nova	2	Apoio Inicial	Total
Vida Nova	3	Fomento	Total
Vida Nova	1	Apoio Inicial	Total

Cred. Inst. Totalmente aplicado no mês de Dezembro/2011

Nome do PA	Quantidade	Modalidade	Tipo
Maria Rosa	7	Rec Mat Const	Total
Bandeirantes	4	Rec Mat Const	Total
Antas	4	Rec Mat Const	Total
Dom José Gomes	3	Fomento	Total

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Sérgio Ricardo Rezende**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2122013722720001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
150.000	634.950,00	623.647,23	98,21	623.647,23	100	538.244,86	86,30

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
70.000,00	-0-	70.000,00	-0-

Fonte: SIAFI.

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos técnicos responsáveis pela operacionalização das ações afetas a esta Divisão: passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias para aplicação de crédito instalação, vistorias dos lotes objetivando a ocupação regular deste, vistorias de obras de infra estrutura, acompanhamento e fiscalização dos projetos de Terra Sol e Infra estrutura.

Considerando os resultados obtidos observamos um substancial avanço na melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas no período através da aplicação do Crédito instalação, com maior ênfase na melhoria das condições de habitação. Garantia da regular aplicação dos recursos de infra estrutura e Terra Sol.

2.3.3 Programa 0138 ã Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Evandro Carlos Miranda Cardoso**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112501382105001	P/A/OP	1/2/3/4	Imóvel gerencia do	18.986	17.386	0	17386	96,64%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
170.874,00	129.608,90	127.281,62	98,20	127.281,62	100%	114.836,23	90,22%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

A Ação 2105 ã Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural engloba as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a fidedignidade e consistência das atualizações cadastrais, bem como permite o acompanhamento, análise e a aplicação da legislação cadastral vigente permitindo a execução de atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras, além das atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país. A Ação também viabiliza o controle e a celebração de termos de cooperação técnica entre o INCRA e as Prefeituras Municipais, possibilitando a implantação das Unidades Municipais de Cadastramento ã UMC e sua integração ao Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR. Por fim, permite a execução das atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo.

No âmbito desta superintendência, compreendendo uma área territorial de 9.534.618,1 hectares distribuídos em 293 municípios, e englobando aproximadamente 330.000 mil imóveis rurais através das ações do SNCR, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária efetua seu atendimento à população analisando processos de

desmembramento, parcelamento, inclusão e cancelamento de imóveis rurais de acordo com a legislação vigente.

Como principal resultado destacamos que Santa Catarina possui atualmente 287 (duzentos e oitenta e sete) Unidades Municipais de Cadastramento ã UMCs, que contam com o apoio de 4 (quatro) servidores lotados no Serviço de Cadastro Rural. Em 2011, foram realizados 08 treinamentos para UMCs, envolvendo capacitação para iniciantes, reciclagens e Cursos sobre o Manual de Cadastro Rural, perfazendo um total de 155 participantes.

Nesta ação foram emitidas 124 (cento e vinte e quatro) autorizações para o desmembramento de áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento de acordo com o Decreto 62.504/68, trabalho este realizado por 4 (quatro) servidores da Divisão.

Em 2011, a Superintendência de Santa Catarina possuía na PO uma meta física prevista de 18.000 imóveis a serem gerenciados, ou seja, imóveis provavelmente passíveis de alteração do tipo inclusão, alteração, cancelamento, etc. no SNCR, no entanto no exercício foram gerenciados um total de 17.396 imóveis rurais, alcançando um percentual de 96,64% de meta realizada. Tal resultado se justifica tendo em vista a continuidade nos cursos de capacitação realizados no exercício, o que vem ampliando a qualidade do atendimento prestado pelos UMC aos proprietários de imóveis rurais, bem como a divulgação da importância de se manter as informações referentes a imóveis rurais atualizados no SNCR. No entanto, relativizando os resultados alcançados nos dois últimos anos, vê-se uma considerável diminuição do quantitativo de imóveis gerenciados/ano, isto porque no fim de 2009 houve a emissão do Cadastro de Imóveis Rurais ã CCIRõ referente ao exercício 2006/2007/2008 e 2009, o que causou uma grande demanda de atualizações cadastrais em 2010.

Em relação aos problemas encontrados na execução da Ação 2105, destacamos que eles estão relacionados à falta de recursos humanos, o que poderia ser sanado com a realização de concurso para a contratação de novos servidores.

Cabe ressaltar que a Superintendência Regional de Santa Catarina possui 287 (duzentos e oitenta e sete) Termos de Cooperação Técnica firmados entre INCRA e Prefeituras Municipais para implantação e funcionamento das Unidades Municipais de Cadastramento ã UMCs. Estes consistem na nomeação, pelo Prefeito, de um servidor municipal para receber treinamento e capacitação a serem ministrado pelo INCRA a fim de integrar a UMC ao Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR e, assim, permitir ao proprietário de imóvel rural o fácil acesso aos serviços do INCRA.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Evandro Carlos Miranda Cardoso**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	0	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

A Ação 2114 ã Sistema de Cadastro Rural compreende o gerenciamento de, aproximadamente, 330.000 mil imóveis rurais no Estado, através das ações do SNCR ã Sistema Nacional de Cadastro Rural (inclusão, alteração e cancelamento de imóveis rurais de acordo com a legislação vigente).

Os recursos financeiros da Ação ficam centralizados na SEDE em Brasília, responsável pelo banco de dados informatizado (Sistema Nacional de Cadastro Rural) e sua manutenção.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Evandro Carlos Miranda Cardoso.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d*100/a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21127013844260001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	0	129	164	293	2930%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	3.992,44	3.926,04	98,33	3.926,04	100	3.926,04	100

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

O georreferenciamento de imóveis rurais auxilia na constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, o que resulta progressivamente num novo mapa fundiário do país e em uma referência para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

Os principais resultados obtidos na Ação em questão fazem referência à Certificação de Imóveis Rurais (análise de processos de georreferenciamento e emissão de Certificação realizada pelo Comitê Regional de Certificação, composto até então por 2 (dois) servidores do Serviço de Cartografia e 5 (cinco) servidores do Serviço de Cadastro Rural).

No exercício de 2011 foram emitidas 293 (duzentas e noventa e três) Certificações, destas 164 referentes a processos constituídos em exercícios anteriores e 129 do exercício de 2011.

Como os maiores problemas encontrados nesta ação, que interfere diretamente no desempenho da ação, assim como outras, estão relacionados à falta de recursos humanos, aposentadoria de alguns servidores e saída de outros que realizaram concursos para outros órgãos, o que poderia ser sanado com a realização de concurso para a contratação de novos servidores.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	Imóvel regularizado	98	0	0	0		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
40.000	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

A implantação do programa de regularização fundiária faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária e visa regularizar as pequenas posses de boa fé. Em todo o Brasil, existem mais de um milhão de agricultores com posses de até 100 hectares. As principais conseqüências dessa situação irregular são os obstáculos ao acesso ao crédito e políticas de fomento e comercialização, além da instabilidade quanto à garantia pacífica da posse. São nas áreas de maior concentração de posses irregulares que ocorrem os mais altos índices de violência associada à questão agrária.

Atualmente, a ausência de informações públicas e de um cadastro consistente acaba sustentando a concentração da propriedade e impede que o Estado conheça todo o território nacional.

Assim, o INCRA/SC firmou com o Estado de Santa Catarina, com a Interveniência da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural ã SAR, em 2005, o Convênio nº 535028, que teve por objetivo a prestação de serviços de georreferenciamento e regularização fundiária de imóveis, conforme Processo nº 54210.001509/2005-46, englobando 1450 imóveis rurais que necessitavam de regularização fundiária no estado. Findo o convênio em 31 de dezembro de 2010, o INCRA/SC procedeu à abertura do processo de Tomadas de Contas Especial, autuado sob o nº 54210.001457/2011-56. Neste sentido, o relatório TCE nº 001/2011 conclui pelo não cumprimento das metas, conforme anexo.

Em relação à Regularização Fundiária, no tocante às áreas desapropriadas pelo INCRA e que aguardam a análise conclusiva de processos administrativos para a emissão dos títulos definitivos, a Superintendência de Santa Catarina nada realizou no exercício de 2011.

A de se esclarecer que não existe a possibilidade de tratarmos da regularização fundiária no Estado, tendo em vista que as Instruções Normativas vigentes não se aplicam a áreas *desapropriadas*, e sim a áreas da União *arrecadadas* ou *descriminadas*. O que não é o caso de Santa Catarina, que possui diversas áreas que no passado sofreram **desapropriação** pelo INCRA, no sentido de encerrar os conflitos agrários existentes à época, e cujas posses ainda não foram regularizadas. O que se vê atualmente são posseiros sem qualquer apoio do Governo Federal e que lutam com suas próprias mãos para produzirem seu sustento e viverem dignamente.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

A Superintendência Regional de Santa Catarina não possuía meta física a ser atingida no exercício de 2011.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. (texto do PPA 2008/2011, alterada em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e)=(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	Área Diagnosticada/ha	0	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

Fonte: SIAFI.

A Superintendência Regional de Santa Catarina não possuía meta física a ser atingida no exercício de 2011.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Evandro Carlos Miranda Cardoso.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21122013822720001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
3.000,00	27.346,04	27.346,04	100	27.346,04	100	27.346,04	100

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

Fonte: SIAFI.

Os recursos destinados a Ação 2272 ã Gestão e Administração do Programa foram destinadas para fiscalizar alguns processos de georreferenciamento e certificação de imóveis rurais bem como para a fiscalização das demarcações topográficas licitadas pela Divisão de Desenvolvimento.

2.3.4 Programa 0139 ã Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) $= (d * 100 / a)$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) $= (a - d)$
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21128013945720001	P/A/OP	1/2/3/4	Servidor capacitado	40	41	0	41	102,5	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
17.240,00	23.805,40	23.805,40	100	23.805,40	100	20.709,40	86,99

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

**RELATÓRIO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO DA SR(10)SC ã PERÍODO JANEIRO A
DEZEMBRO/2011**

NOME	MATRÍCULA	CURSO	PERÍODO	LOCAL
Cyro José Matavelli	15524353	XV SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO	30/04/2011 A 05/05/2011	CURITIBA
Amaury da Silva Júnior José Henrique Ferreira	1213387 0722729	Capacitação no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares ã CGU/PAD	01/06/2011	BRASÍLIA
Valdez Adriani Farias	2358094	Processo nos Tribunais de Contas ã Acusação, Defesa, Julgamento e Recursos	29/09/2011 a 30/09/2011	BRASÍLIA
Valdecir Dias Mendonça	0725174	II ENCONTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	16/11/2011 a 18/11/2011	BRASÍLIA
13 servidores		Curso de Aperfeiçoamento do uso do GPS JUNO	Novembro/2011	Florianópolis
Alexandre Fachini Minniti Audir Carlos Gasperi Carlos Roberto Soares Severo Carlacéu Alencar da Mota Claudio Roberto Hashimoto Daggo Chagas Daniel Darlene Helen de Grandi	1473258 1437665 1433946 0722743 0725215 1551576 1548913	Capacitação na Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta QuantumGis	28/11/2011 a 02/12/2011	FLORIANÓPOLIS SC

Fernando Humberto Faccio	2450813			
Herbert Grein	1220021			
Homero Della Barba	0722731			
Jânio Carlos Reitz	0722684			
José Alexandre Sambatti	1552808			
Jussara Dãambrósio Ferreira	1552648			
Léa Maria Dãantonino A. Conde	0724631			
Marcos Bierhals	1548436			
Pedrinho Ferst Sperry	0722696			
Raul Mochel	0723262			
Rubens José Perfoli	1473941			
Sérgio Antonio Cavalli	0722744			
Sérgio Eduardo Ferreira	2507398			
Vitor Roberto Adami	1615504			
Alexandre Luz Inkotte	0722740	ENCONTRO NACIONAL COMUNICADORES SOCIAIS	21 A 22/11/2011	BRASÍLIA
Fernando Goss	1528710			

Total de servidores capacitados: 41

Total de horas de capacitação: 1184h

2.3.5 Programa 1120 ã Paz no Campo

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21631112021090001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	27.800,00	27.800,00	100	27.800,00	100	27.800,00	100

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

2.3.6 Programa 1336 ã Brasil Quilombola

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 ã Reconhecimento e Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/ Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21127133616420001	P/A/O P	1/2/3/4	Área Reconhe cida/ha	322	0	0	0		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
107.363,00	85.887,01	80.805,48	94,08	80.805,48	100	67.794,07	83,89

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
350.118,90	-0-	198.601,34	151.517,56

Fonte: SIAFI.

Os quilombos são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária tem a atribuição de identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização de seu território, realizando as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos, bem como promover a elaboração do relatório antropológico e a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação RTID das áreas.

Principais resultados: No âmbito da Superintendência Regional de Santa Catarina, foram concluídos cerca de 80% dos trabalhos de avaliação dos imóveis inseridos no Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros, tendo em vista a assinatura pelo Presidente da República do Decreto de Desapropriação em junho de 2010, sendo que uma das áreas, compreendendo aproximadamente 200,0000 ha (duzentos hectares), foi encaminhada para Coordenação Quilombola em Brasília, para a desapropriação.

Em relação à Comunidade São Roque, a assinatura e publicação da Portaria de Reconhecimento do Território aguarda ainda a posição da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal quanto ao conflito entre INCRA e ICMBio, haja visto a sobreposição do território pleiteado com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Agindo de forma pioneira, Santa Catarina lançou no fim de 2010 o processo licitatório visando contratação para a elaboração do Relatório Antropológico, peça fundamental para a elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação RTIDs das seguintes áreas pleiteadas pelas comunidades remanescentes de Quilombolas:

1. Campo dos Poli, localizada nos municípios de Monte Carlo e Fraiburgo, com cerca de 20 (vinte) famílias de remanescentes;
2. Família Thomaz, em Treze de Maio, com 20 (vinte) famílias remanescentes;
3. Morro do Boi, em Balneário Camboriú, com 15 (quinze) famílias;
4. Aldeia, em Garopaba, com cerca de 30 (trinta) famílias;
5. Morro do Fortunato, Garopaba, com 30 (trinta) famílias e
6. Santa Cruz, em Paulo Lopes, com 30 (trinta) famílias.

Apenas as Comunidades Campo dos Polí e Família Thomaz não estão territorializadas, ou seja, o estimado território está ocupado por terceiros. As demais comunidades estão sobre seus territórios, porém sem definição de suas dimensões. Os prazos máximos estabelecidos no contrato para a execução da pesquisa e consequente elaboração do Laudo Antropológico foram de 240 dias para Campo dos Polí, 240 dias para Família Thomaz, 240 dias para Morro do Boi e 240 dias para as três comunidades restantes: Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz, no entanto, como o repasse de recursos efetuados pelo INCRA/Sede foi realizado somente em meados de maio, o contrato com a empresa sofreu aditivos e sua finalização está prevista para o ano de 2012.

As comunidades Morro do Boi, Mutirão e Costeira, Itapocú, Tapera, Areias Pequenas e Família Lúdia, não foram incluídas no processo de licitação do Laudo Antropológico por não estarem certificadas pela Fundação Cultural Palmares e FCP.

A Comunidade Valongo possui certificação pela Fundação Cultural Palmares, no entanto não há interesse pela comunidade quanto a Titulação pelo INCRA.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21363135083700001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	0	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

Tendo em vista a publicação do Decreto de Desapropriação do Território Quilombola da Comunidade Invernada dos Negros em junho de 2010, apenas foram iniciados os trabalhos de vistoria de avaliação no referido território, não tendo sido realizado pagamento de indenização no exercício.

2.3.7 Programa 1350 ã Educação no Campo

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarisse Aparecida dos Santos**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	0	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

NIL

2.37.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução física e Financeira das ações da UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e)=(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	0	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

NIL

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21363135083701	P/A/OP	1/2/3/4	texto	100	0	155	155	155%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
430.800,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
200.000,00	-0-	20.000,00	-0-

Fonte: SIAFI.

Nesta ação, o INCRA/SC é responsável pela execução de três projetos de educação, conforme segue:

1. Curso de Ensino Técnico em Agropecuária Agroecológica

O Curso foi implantado através de convênio firmado entre INCRA e a Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária ã FAPEU, com a interveniência da Universidade Federal de Santa Catarina ã UFSC, através do Centro de Educação - CED e em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ã MST e tem por objetivo a formação de 50 educandos das áreas de reforma agrária do Estado de Santa Catarina. Cabe destacar que esse convênio está sendo gerido através do Sistema de Convênios ã SICONV do governo federal, sob o registro de proposta nº 008783/2008.

O prazo de execução do convênio ficou estabelecido de dezembro/2008 a dezembro/2011. Embora as atividades previstas no Plano de Trabalho tenham sido oficialmente executadas e concluídas em dezembro/2011, a entidade proponente encaminhou ao INCRA um pedido de prorrogação do convênio para julho/2012. Esse pedido foi solicitado tendo em vista a proposta encaminhada por parte da FAPEU para a elaboração de um livro com registros fotográficos comemorativo aos 60 anos do PRONERA em SC, atividade essa prevista para acontecer no decorrer do primeiro semestre de 2012. A proposta é de que essa atividade seja executada com o saldo remanescente do projeto, uma vez que parte dos recursos financeiros repassados não foi utilizada em função da evasão de parte dos educandos do curso, sendo que essa solicitação está sendo apreciada pelo setor jurídico do INCRA.

No decorrer do período de execução do convênio aconteceram seis etapas presenciais, denominadas de ótempo escola, que consistiram em aulas presenciais de aproximadamente vinte dias, sendo uma a cada semestre letivo. No intervalo entre cada uma das etapas presenciais, ocorreram os tempos-comunidade (tempo acadêmico), onde os educandos realizaram atividades de leituras, pesquisas e trabalhos referentes aos componentes curriculares do curso, os quais fizeram parte do processo de avaliação final, com vistas ao recebimento do certificado de conclusão do curso.

As aulas e atividades presenciais foram ministradas nas dependências da Escola Agrícola 25 de Maio, localizado no Assentamento Faxinal Domingues II, município de Fraiburgo/SC. Essa Escola faz parte da rede oficial de Ensino Estadual, sendo que os educandos que freqüentaram o Curso de Técnico em Agropecuária Agroecológica, também cursaram, de forma concomitante, o ensino médio ofertado pelo Estado, em conformidade com o que prevê a legislação vigente sobre o assunto. Outras atividades previstas no Plano de Trabalho e que foram devidamente executadas, foram as viagens de acompanhamento pedagógico às VAPs, ocasião em que a coordenação do curso fez visitas aos educandos em suas propriedades. Essas visitas tiveram o objetivo de acompanhar as atividades desenvolvidas pelos alunos durante o tempo comunidade, tais como leituras, pesquisas e o desenvolvimento de experiência e trabalhos práticos, baseados no conhecimento teórico aprendido na Escola através das disciplinas ministradas durante as etapas presenciais.

Além do tempo escola, do tempo comunidade e das VAPs, outras ações importantes desenvolvidas durante a execução do projeto foram: a) construção de Unidades Didáticas na Escola, onde os alunos realizaram as aulas práticas e implementaram experiências na área da produção agroecológica, sendo que essa atividade foi apresentada ao conjunto da comunidade escolar (alunos, familiares e assentamentos do entorno); b) realização de Dias de Campo sobre a aplicação de conhecimentos práticos aprendidos no curso, com a participação da comunidade; c) como complemento às disciplinas técnicas, o curso ofertou aos alunos três Oficinas Interdisciplinares: Construções Rurais com Bambu, Teatro e Sexualidade; d) realização de Seminários de Integração, do qual participaram os alunos, coordenação do curso e professores, onde se procurou realizar um intercâmbio de experiências entre os alunos (tempo comunidade) e também se avaliou as disciplinas ministradas nas etapas presenciais e as atividades realizadas no tempo comunidade e sua articulação com os conteúdos aprendidos no ensino médio; nessas ocasiões também foram realizados os planejamentos da próximas etapas presenciais, levando-se em conta as dificuldades e avanços obtidos, com sugestões para a melhoria da qualidade do curso (conteúdo e metodologia de ensino; infra-estrutura; organização, etc.); e) realização de estágio supervisionado pelos educandos, conforme prevê a legislação vigente e f) entrega e defesa de Trabalhos de Conclusão do Curso – TCCs pelos educandos concluintes do curso.

Cabe destacar que dos 50 educandos inicialmente matriculados, concluíram o curso 22 educandos, sendo que o Ato de Formatura ocorreu no dia 10/12/2011, nas dependências da Escola Agrícola 25 de Maio, em Fraiburgo/SC.. As principais razões para a evasão foram a dificuldade de parte dos alunos em acompanhar as atividades dos dois cursos, quer seja, o ensino médio e o técnico, tendo em vista a alta carga horária. Outro fator diz respeito ao atraso na liberação dos

recursos por problemas na operacionalização do SICONV, o que levou muitos pais matricular seus filhos em outras escolas, uma vez que os mesmos iriam cursar o ensino médio e o técnico concomitantemente.

Em se tratando das dificuldades apresentadas na gestão do convênio, a principal delas foi em relação ao Portal de Convênios óSICONVô, na sua operacionalização e registro de informações, seja por parte do pessoal da proponente como do próprio INCRA, o que levou inclusive, ao atraso na liberação dos recursos para dar início ao curso, gerando a desistência de vários alunos do curso. Outras dificuldades foram pontuadas por parte da proponente e dizem respeito aos seguintes aspectos: a) baixo valor de repasse de recursos do PRONERA (aluno/ano), o que dificultou a execução de várias atividades e ações do curso, principalmente em se tratando da contratação de pessoal qualificado (professores, coordenadores, bolsistas, etc.); b) dificuldades de realizar despesas de pequeno vulto em viagens de deslocamento aos assentamentos pela coordenação do curso, mediante realização de despesa e posterior apresentação de nota fiscal (impedimento colocado pela Portaria Interministerial Nº 342/2008); c) problemas de acesso à internet e telefonia por parte da Escola, dificultando a comunicação com a equipe da UFSC; d) distância da Escola/UFSC, dificultando a condução e melhor integração dos trabalhos por parte das duas instituições.

Em se tratando da avaliação dos beneficiários sobre o curso, através da aplicação de questionários (amostragem representativa) por parte dos membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do INCRA ao convênio junto aos educandos, foram apontados os seguintes pontos:

1) Orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs): 100% dos educandos que responderam ao questionário declararam que receberam orientação para elaboração dos seus TCCs. Os orientadores foram técnicos que atuam em Cooperativas/Associações de Agricultores do Estado de Santa Catarina (COOPERDOTCHI, COOPEROESTE e ARFAP), bem como estudantes de Ciências Agrárias da UFSC. 50% dos educandos entrevistados avaliaram como óbomô o referido trabalho de orientação; 33,3% avaliaram como óótimoô e 16,5% avaliaram como óregularô. Houve destaque para o empenho e compromisso dos orientadores nos esclarecimentos e fornecimento de bibliografia para auxiliar a elaboração dos trabalhos. Em relação às dificuldades/críticas foram apontadas a distância e os limites de comunicação que prejudicaram um pouco a interação entre orientador e educando.

2) Satisfação com o curso e atendimento das expectativas pessoais e profissionais: 100% dos educandos entrevistados declararam que estão satisfeitos com o curso e que o mesmo atendeu ñ e até mesmo superou ñ as suas expectativas pessoais e profissionais. Destacou-se, inclusive, o

incremento na formação profissional e a possibilidade de participar de um processo formativo que deu conta da convivência plural, através da diversidade da turma.

3) Adequação das disciplinas e atividades ministradas com a formação adquirida: 100% dos educandos entrevistados declararam que as disciplinas ministradas e as demais práticas/atividades possibilitaram alcançar a formação desejada. Houve destaque para a percepção da aplicabilidade prática da agroecologia e para a metodologia de combinação da teoria com a prática ao longo das etapas do curso.

4) Dificuldades enfrentadas: 50% dos educandos entrevistados destacaram que a principal dificuldade enfrentada foi a convivência com a diversidade da turma, o engajamento coletivo e a convivência com as diversas formas de pensamento e postura dos demais educandos; 16,5% declararam que a principal dificuldade foi a distância de casa durante as etapas do tempo escola; 16,5% declararam que a principal dificuldade foi a timidez e a dificuldade de participação, exposição das ideias. No entanto, todos destacaram que ao longo do curso essas dificuldades foram minimizadas pela atuação da coordenação e professores e pelo próprio processo de convívio e entrosamento entre os educandos.

5) Contribuição dos educandos para os assentamentos de origem: 100% dos entrevistados declararam pretender contribuir com os seus conhecimentos para o desenvolvimento dos seus assentamentos de origem, incentivando a viabilidade econômica e ambiental da produção agroecológica e oferecendo os conhecimentos adquiridos também para o apoio à comercialização.

Mediante o que foi exposto, a avaliação geral que se faz do projeto é de que, apesar das dificuldades enfrentadas no decorrer de sua execução, os educandos conseguiram, ao final do curso, articular os conteúdos ministrados (ensino técnico e ensino médio), resultando na elaboração de um conhecimento teórico-prático capaz de problematizar e modificar a prática cotidiana dos educandos em suas propriedades. Exemplo disso, é que nas visitas aos alunos observou-se que a grande maioria conseguiu implantar experiências e práticas na área da agroecologia nas suas propriedades melhorando não somente os sistemas produtivos, como também propiciando um estreitamento na relação e integração familiar. Outro aspecto positivo observado foi a maior participação dos alunos em suas comunidades, através da troca de informações e conhecimentos.

2. Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Ensino de Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo

O curso tem por meta a formação de 50 graduados de áreas de reforma agrária, de diversos estados do Brasil tendo, portanto, abrangência nacional. O Termo de Cooperação foi firmado em

dezembro/2009, entre INCRA/Sede e a Universidade Federal de Santa Catarina ã UFSC, através do Centro de Ciências da Educação ã CED, sendo que coube ao INCRA/SC o acompanhamento e fiscalização das ações e atividades.

O prazo de execução do Termo de Cooperação foi de dezembro/2009 a dezembro/2011, sendo que nesse último mês aconteceram as bancas de defesa das monografias de conclusão do curso, com vias à emissão dos certificados de especialistas aos educandos que cumpriram todos os requisitos básicos para tal. Sendo assim, no presente momento, a UFSC está preparando o processo de prestação de contas final da execução do Termo de Cooperação junto ao INCRA.

Em termos quantitativos, o projeto apresentou a seguinte situação: 67 candidatos inscreveram-se no edital público para seleção do curso e 53 foram aprovados. Destes, apenas 45, de fato, se matricularam e compareceram à primeira etapa. Dos quarenta e cinco alunos matriculados, uma aluna desistiu durante a Etapa 1. Outros 8 foram deixando o curso ao longo das etapas, sendo que ao final do curso contou-se com 37 educandos concluintes. Destes, um educando concluiu a monografia, mas não compareceu à defesa; outros dois não concluíram a monografia, resultando assim, em um total de 34 educandos que defenderam suas monografias e que receberão o título de especialistas.

Uma das principais razões para a evasão dos educandos do curso é devido à dificuldade de conciliar as atividades de docência dos educandos nos assentamentos e as atividades das etapas presenciais, além do deslocamento das regiões de origem, em que parte dos educandos são de outros estados, até os locais de realização das aulas

No decorrer da execução do Termo de Cooperação aconteceram seis etapas presenciais, denominadas de ótempo escolaô, que consistem em aulas presenciais de aproximadamente vinte dias. As aulas e atividades presenciais foram ministradas de forma alternada nas dependências da UFSC, em Florianópolis/SC e no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis/RS.

No intervalo entre cada uma das etapas presenciais, ocorreram os tempos-comunidade (tempo acadêmico), onde os educandos realizaram leituras e trabalhos referentes aos componentes curriculares do curso, além do trabalho de pesquisa com elaboração de monografia conclusiva, os quais fizeram parte do processo de avaliação final, com vistas ao recebimento do certificado de conclusão do curso. Além disso, foram realizados vários óSeminários Temáticosô e óSeminários de Socialização de Experiênciasô, onde se procurou debater questões e assuntos pertinentes ao contexto do curso, visando a ampliação e o aprofundamento das disciplinas e conteúdos ministrados pelos professores, aliado à troca de informações e experiências inerentes aos diferentes contextos de vida pessoal e profissional dos educandos, tendo em vista os seus diferentes locais de origem.

Em se tratando das dificuldades enfrentadas, a principal delas foi a obrigação da entidade proponente realizar licitações de todo o recurso até o final de cada ano, do contrário o mesmo retornava aos cofres públicos, não podendo ser novamente solicitada a descentralização do valor perdido, o que aconteceu no decorrer do projeto (os valores numéricos exatos das devoluções serão apresentados por ocasião da prestação final de contas, em andamento). Outras questões a serem pontuadas dizem respeito ao valor aluno/ano, insuficiente para custear todas as despesas do curso, principalmente por se tratar de um projeto de abrangência nacional, onde os custos com deslocamento aéreo dos educandos das regiões mais distantes acabou por onerar em demasiado o projeto; assim como a dificuldade em se conseguir alojamento com um preço compatível ao orçamento, durante as etapas presenciais. Isso tudo limitou, de acordo com a coordenação do curso, o gasto com materiais pedagógicos e o acesso dos educandos a outras possibilidades educativas, artísticas e culturais, que também fazem parte da concepção de formação integral do cidadão.

Na gestão do Termo de Cooperação por parte do INCRA, a principal dificuldade enfrentada foi em relação à falta de uma legislação específica que trate desse instrumento de transferência de recursos, o que dificultou o repasse de informações precisas e detalhadas para a proponente em diversas etapas da execução do projeto, assim como na própria gestão/operacionalização do Termo de Cooperação por parte dos servidores do INCRA. Além disso, como o instrumento foi estabelecido diretamente com o INCRA/Sede, o processo administrativo precisou ser encaminhado por diversas vezes à Brasília para tramitação, permanecendo nesse local por períodos prolongados. Esse fato, além de impedir que se anexasse documentos pelo INCRA/SC ao processo, de acordo com a ordem de data de expedição/recebimento (o que ocorria somente após o seu retorno), também dificultou o processo de fiscalização e acompanhamento por parte das Asseguradoras e da Comissão, já que não se tinha como consultar o Plano de Trabalho e demais peças do processo administrativo.

Como aspecto positivo e central do curso, pode ser apontada a troca de experiências e conhecimentos entre os educandos de diferentes regiões e realidades sobre os conteúdos e as metodologias de ensino nas escolas do campo. Outro aspecto bem avaliado diz respeito às leituras disponibilizadas pelos professores para a realização dos trabalhos das disciplinas, bem como das monografias durante do tempo comunidade, bibliografias essas que servirão não somente de apoio à escrita das monografias, mas também no cotidiano dos educandos em suas atividades docentes.

Em se tratando da avaliação final do curso por parte dos beneficiários, embora os membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do INCRA tenham aplicado questionários junto aos educandos na última etapa do curso (dez/2011), o resultado dessa avaliação será entregue

somente no mês de março próximo, juntamente com o relatório final da Comissão sobre a execução física do Termo de Cooperação.

3. Curso de Educação de Jovens e Adultos ã Ensino Médio

O Termo de Cooperação firmado entre o INCRA e a UFSC (Processo n.º 54210.000925/2009-51), tem como objetivo promover a formação, no âmbito do Ensino Médio, de 200 jovens e adultos assentados(as) da reforma agrária, em assentamentos localizados no espaço territorial do Estado de Santa Catarina. O curso vem sendo desenvolvido em três pólos/municípios: Abelardo Luz (P.A. José Maria), Catanduvas (P.A. 25 de Julho) e Campos Novos (P.A. 30 de Outubro).

O referido termo foi publicado no Diário Oficial da União em dezembro/2009 e a sua execução física iniciou-se no ano de 2010. A duração do curso é de dezembro de 2009 a dezembro de 2012. Está prevista a realização de 4 etapas de tempo escola e 4 etapas de tempo comunidade anuais, totalizando, portanto, 12 etapas. Nas etapas do tempo comunidade os educandos realizarão leituras, pesquisas e trabalhos referentes aos componentes curriculares do curso.

Em virtude do decurso de tempo desde a apresentação (2005) até a aprovação do projeto (dezembro de 2009), muitos dos assentados e assentadas que inicialmente estavam mobilizados(as) para a participação no curso acabaram por iniciar o ensino médio regular nas escolas da rede pública. Dessa forma, foi necessária a realização de atividades e visitas de acompanhamento no primeiro semestre do ano de 2010, bem como uma 1ª etapa de resgate/atualização dos conhecimentos do ensino fundamental a fim de criar as condições necessárias para o cumprimento da meta proposta.

Dessa forma, de acordo com as informações constantes dos relatórios encaminhados pela UFSC e pela comissão de acompanhamento e fiscalização do INCRA, no primeiro ano de execução do Termo de Cooperação (exercício 2009-2010) realizaram-se duas etapas do referido curso (totalizando 267 horas/aula), ao invés das quatro etapas previstas (534 horas/aula). No entanto, a recomposição das turmas e das etapas foi equacionada no exercício de 2011. O número de matriculados oficiais reduziu-se para 96, em virtude do decurso de prazo para início do curso, problemas pessoais principalmente ligados à dificuldade em conciliar as atividades escolares com as demandas do trabalho, principalmente para aqueles que estão trabalhando fora do lote rural (trabalho assalariado). Ao longo do ano de 2011 foi realizada uma visita de acompanhamento

pedagógico (mês de julho), além das reuniões de planejamento e avaliação entre as quatro etapas de tempo-escola, nas quais eram também discutidas a formação de professores no âmbito da experiência dos complexos de estudos. O INCRA através das asseguradoras do Termo de Cooperação, acompanhou as referidas reuniões, bem como esteve presente em dois pólos (Abelardo Luz e Campos Novos) nas duas últimas etapas de tempo escola, além do trabalho exercido pela comissão de fiscalização ao longo do ano, através da aplicação de questionários aos educandos em três etapas do tempo escola. Além disso, conforme previsto no Plano de Trabalho, foram realizadas atividades extracurriculares, diversas com vistas ao incremento do processo formativo e de mobilização de educadores e educandos.

Dentre as dificuldades que vem causando impacto e evasão de educandos estão os problemas oftalmológicos. Muitos(as) dos(as) alunos(as) dos três pólos (estima-se que em torno de 80%) possuem algum tipo de dificuldade ou deficiência visual, o que vem gerando desestímulo e dificuldades para a continuidade de muitos educandos e educandas no curso, sobretudo os mais idosos. A UFSC, através da coordenação do referido curso, está articulando com o serviço médico da própria Universidade uma ação para o equacionamento do referido problema, através da realização de um mutirão para consultas e exames de acuidade visual, que será realizado nos dias 01 a 15/03/2012, quando acontecerá a primeira etapa presencial do ano de 2012. Além disso, foi autorizado o uso de recursos do projeto para a aquisição de óculos para os/as educandos/as.

No que tange à gestão do Termo de Cooperação por parte do INCRA, a principal dificuldade enfrentada tem sido a falta de uma legislação específica que trate desse instrumento de transferência de recursos, o que dificultou o repasse de informações precisas e detalhadas para a proponente em diversas etapas da execução do projeto, assim como na própria gestão/operacionalização do Termo de cooperação por parte dos servidores do INCRA. Além disso, por se tratar de uma descentralização orçamentária realizada pelo INCRA/Sede, o processo administrativo precisa ser encaminhado por diversas vezes à Brasília para tramitação, permanecendo nesse local por períodos prolongados. Esse fato, além de impedir que se anexasse documentos pelo INCRA/SC ao processo de acordo com a ordem de data de expedição/recebimento (o que ocorre somente após o seu retorno) também dificulta o processo de fiscalização e acompanhamento por parte das Asseguradoras e da Comissão, já que durante esse período não se tem como consultar o Plano de Trabalho e demais peças do processo administrativo. Além disso, o Decreto N. 7.446 de 01/02/2011, que suspendeu os deslocamentos de servidores a campo impactou também na rotina de fiscalização do curso, uma vez que as etapas do tempo escola acontecem em três municípios do estado, necessitando de deslocamento para fiscalização in loco, o que não ocorreu.

Apesar das dificuldades apresentadas para efetivação e desenvolvimento do referido projeto, os educandos e a equipe pedagógica envolvida demonstram satisfação no desenvolvimento da experiência, destacando a importância da adoção de uma metodologia que não apenas incorpore a realidade na discussão e apreensão do conhecimento, como principalmente faça com que os conteúdos didáticos demonstrem a complexidade da realidade em que os educandos e educandas - e também os educadores - estão inseridos, bem como explicita a transdisciplinariedade da apreensão e vivência desta mesma realidade. A riqueza da experiência formativa do referido curso foi, inclusive, objeto de estudo desenvolvido por uma das asseguradoras, com a parceria da equipe do projeto, estudo este que será apresentado como requisito para obtenção do título de especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera-Uniderp, em 15/03/2012 (ÓIgualdade Material e Direito à Diferença: Estudo de Caso de um Curso de Educação de Jovens e Adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agráriaô).

É importante destacar uma questão que é comum aos três cursos e diz respeito à melhoria na forma de acompanhamento e fiscalização das ações e atividades do convênio por parte do INCRA. Esse avanço ocorreu através do aprimoramento da metodologia de monitoramento através da elaboração e aplicação de questionários junto aos educandos, onde os alunos procuram avaliar o desempenho do pessoal envolvido no projeto (professores, coordenação, bolsistas, etc.), além dos conteúdos ministrados e a metodologia de ensino utilizada, a infra-estrutura ofertada pela Escola e o acompanhamento aos alunos no tempo comunidade por parte da coordenação do curso, apontando sugestões para a melhoria dos pontos que apresentam fragilidades. Foram elaborados três modelos de questionário, sendo um para a avaliação parcial das metas propostas, outro para a avaliação do estágio obrigatório e o terceiro para avaliação final do curso. Após a sistematização e análise dos dados, é elaborado um relatório com sugestões e orientações de melhorias e/ou readequações, o qual é encaminhado à proponente para a devida implementação.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
211221135022720001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
6.000,00	9.082,24	9.065,35	99,81	9.065,35	100	7.765,35	85,65%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
------------------	----------------	-----------	-------------

-0-	-0-	-0-	-0-
-----	-----	-----	-----

Fonte: SIAFI.

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos técnicos responsáveis pela operacionalização das ações como passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias dos projetos do PRONERA.

2.3.8 Programa 1427 ã Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Sérgio Ricardo Rezende**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/ Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21122142722720001	P/A/OP	1/2/3/4	famílias	2399	0	5169	5169	215%	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
2.000.000,00	18.153,69	18.153,69	100	18.153,69	100	18.153,69	100

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
3.090.150,30	262.772,07	2.827.378,23	-0-

Fonte: SIAFI.

O objeto do Convênio firmado em 04 de julho de 2008 pela Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina com a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina - COOPTRASC, **SIAFI Nº 627.837, Processo Nº 54211.000040/2008-61**, se constitui na prestação do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para 5.169 famílias assentadas em 132 Projetos de Assentamento no Estado de Santa Catarina; elaboração de Planos de desenvolvimento de Assentamento - PDAs para 1.000 famílias assentadas e retificação dos Planos de Recuperação dos Assentamentos - PRAs para 3.500 famílias, além da elaboração dos Planos de Exploração Anual - PEA conforme a criação de novos Projetos de Assentamento, com vigência até 03 de janeiro de 2012. Visando a continuidade da prestação do serviço de ATES para o público demandante, tendo em vista que a conclusão do processo de chamada pública para a escolha da entidade responsável pelo referido serviço, estar previsto para o 2º trimestre de 2012, a vigência do Convênio em foco foi prorrogada para 03 de abril de 2012. Para viabilizar o alcance do objeto, está prevista a contratação de 70 técnicos, incluindo profissionais de nível superior e médio nas áreas de ciências agrárias, ciências sociais e ciências da saúde.

No ano de 2011, a equipe que presta o serviço de ATES desenvolveu diversas ações visando o estímulo à produção, assistência social e preservação ambiental em todas as regiões do estado. No âmbito da assessoria técnica, destacam-se as ações visando o fortalecimento das cadeias de produção de leite, grãos, frangos, hortaliças, leguminosas, peixes e mel. No que tange ao fomento à co-

mercialização, a elaboração de projetos visando à venda de diversos produtos produzidos pelas famílias assentadas tanto para o Programa de Aquisição de Alimentos ã PAA da CONAB quanto para diversas prefeituras através do Programa Nacional de Alimentação Escolar ã PNAE, teve participação decisiva da equipe de ATES em conjunto com as cooperativas formadas pelos assentados. A realização de projetos para acesso de recursos para ampliação e melhoramento das instalações das cooperativas dos assentados, através do Programa TERRA SOL do INCRA. No ano de 2011 foram entregues 28 Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRAs) retificados, beneficiando 1.488 famílias assentadas em Projetos de Assentamento mais antigos; no entanto, em decorrência da queda na criação de novos Projetos de Assentamento nos últimos anos, nenhum Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi entregue no referido ano No que tange à assessoria social, o trabalho da equipe de ATES continua focado principalmente no acompanhamento da reforma e/ou construção das habitações em diversos projetos de assentamento no estado. As ações de assessoria ambiental estão voltadas principalmente para a proteção de fontes e o estímulo à adoção de práticas agroecológicas na produção, visando a melhoria do ambiente em que vivem as famílias beneficiadas.

No ano de 2011 foi dado prosseguimento na aplicação da nova metodologia de acompanhamento, monitoramento e fiscalização do objeto do Convênio firmado, por meio da realização de questionários visando auferir o desenvolvimento das ações pela equipe de ATES, previstas no plano de trabalho do referido Convênio. A adoção desta metodologia visa uma avaliação direta do beneficiário sobre os resultados efetivos do trabalho da Assessoria Técnica, Social e Ambiental, diagnosticando as ações que obtiveram resultados positivos, bem como aquelas que os resultados pretendidos não foram alcançados ou simplesmente não foram realizadas. No período em foco, foram entrevistadas 445 famílias assentadas em 81 Projetos de Assentamento em toda a jurisdição desta Superintendência Regional, alcançando uma amostra de 8,609% do público beneficiado, visando auferir os problemas, dificuldades e deficiências na prestação do serviço de ATES nos 132 Projetos de Assentamento atendidos. Cabe salientar que, a realização da fiscalização de maneira por meio de entrevistas com amostra de famílias beneficiadas, referente ao 1º semestre de 2011, só pôde ser executada no 2º semestre em razão da contenção de recursos determinada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. No 2º semestre a fiscalização foi realizada de forma tempestiva.

O Convênio firmado em 17 de junho de 2008 pela Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola ã AESCA, **SIAFI Nº 625.531, Processo Nº 54211.000058/2008-62**, para a prestação do serviço de Articulação, Monitoramento e Avaliação das atividades dos Núcleos Operacionais de ATES prevê a contratação de 04 profissionais de formação superior para a função de Articuladores dos 70 técnicos contratados para

prestarem o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ã ATEs, para 5.169 famílias assentadas nos Projetos de Assentamento do Estado de Santa Catarina implantados ou reconhecidos pelo INCRA.

A adoção de nova metodologia de fiscalização por meio de entrevistas com amostra de famílias assentadas beneficiadas, objetivando auferir a qualidade da prestação do serviço de ATEs pelos técnicos contratados para atendimento em 132 Projetos de Assentamento, também contribui para a avaliação das ações desenvolvidas pelos 04 articuladores contratados pela Convenente. No decorrer ano de 2011, constatou-se por meio tanto da amostragem com famílias beneficiadas, conforme mencionado acima, quanto por meio dos Relatórios Trimestrais de Atividades entregues pela convenente, que os profissionais contratados empreenderam várias ações em conjunto com os técnicos contratados através do **Convênio SIAFI Nº 627.837, Processo Nº 54211.000040/2008-61**, conforme determinado pelo Plano de Trabalho e Termo do Convênio.

Houve uma melhora significativa na qualidade dos Relatórios Trimestrais de Atividades entregues ao INCRA pela Convenente, principalmente os dos núcleos operacionais Extremo Oeste, Oeste I, Oeste II, Planalto Central e Planalto Norte. No núcleo operacional Norte Litoral, ocorreu nova substituição do profissional contratado no meio do 2º trimestre, ocasionando descontinuidade das ações desenvolvidas e, conseqüentemente na qualidade dos Relatórios Trimestrais entregues pela Convenente. A AESCA foi devidamente notificada a seguir as recomendações dos Asseguradores e da Comissão de Fiscalização visando o cumprimento do objeto do Convênio.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Laudemir André Muller**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidade e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21122142722720001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
150.000,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
9.670,14	27,58	9.642,56	-0-

Fonte: SIAFI.

Os recursos destinados à Ação de Gestão e Administração do Programa foram utilizados principalmente com as despesas de viagens e locomoções dos técnicos responsáveis pela operacionalização das ações como passagens, combustível para as viaturas e pagamentos de diárias para acompanhamento e fiscalização dos projetos de ATES.

Estão incluídos aqui, os gastos com as ações de acompanhamento ao desenvolvimento das cadeias produtivas fomentadas para cada região do Estado. Com relação ao Ates houve melhorias no acompanhamento e fiscalização do ajuste.

2.3.9 Programa 0750 ã Apoio Administrativo

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Markell Alves e Superintendentes Regionais.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21122075020000001	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
2.010.654,00	2.556.575,08	2.553.397,68	99,87	2.553.397,68	100	2.325.077,95	91,05

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
850.472,53	44.479,72	681.602,00	124.390,81

Fonte: SIAFI.

2.3.9.2 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Garantir a execução do Plano de Assistência à Saúde aos servidores ativos, aposentados e seus dependentes diretos e aos pensionistas, em observância aos preceitos constitucionais e art. 183 da Lei 8.112/90

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológico aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes diretos e pensionistas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira

Unidades executoras: INCRA-SEDE

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto /Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) =(d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Produto/Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Descrição: Neste Quadro preencha todas as ações descritas ao longo deste item (1.3)

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INCRA/SR(10)SC	49201	373070
INCRA/UA/SC - Subunidade	49201	373071

Fonte: Sistema SIAFI 2010

1. A Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC ã UG/373070 - é a Unidade Jurisdicionada/UJ responsável pelo recebimento e utilização das Provisões Orçamentárias descentralizadas pelo nosso Órgão Central ã INCRA/SEDE/BSB/DF ã Unidade Gestora/373001;

1.1. Nos termos da Decisão Normativa (DN) TCU Nº 108, de 24/11/2010, combinado com a Decisão Normativa (DN) TCU Nº 117, de 19/10/2011, o INCRA/SR(10)SC é a responsável respectivamente pela elaboração do Relatório de Gestão e Processo Administrativo de Contas do exercício/2011, que será apresentados **por num único processo**, nos termos recomendados.

2. A nossa Subunidade de Chapecó/SC ã Unidade Avançada de Santa Catarina ã INCRA/UA/SC ã UG/373071, é responsável pelos trabalhos deste Instituto na Região Oeste de SC, recebendo recursos quase que especificamente para os trabalhos de campo (gastos com diárias, suprimentos de fundos, parte de telefonia e com aluguel), sendo que, os contratos e os processos licitatórios são todos de responsabilidade da regional.

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 ã Pessoal e Encargos Sociais		2 ã Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
L O A	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
C R É D I T O S	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.³

Valores em R\$ 1,00

valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.2 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.⁴

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 º Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
L O A	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
C RÉ DI TO S	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 ã Pessoal e Encargos Sociais	2 ã Juros e Encargos da Dívida	3 ã Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	373071	0137/2272	-	-	22.471,73
		373071	0750/2000	-	-	93.332,00
		373071	1350/2272	-	-	1.000,00
		373071	0138/2105	-	-	6.000,00
		373071	0135/8374	-	-	1.288,41
		373071	0135/8384	-	-	1.000,00
		373071	0135/8387	-	-	2.647,25
	Recebidos	-	-	-	-	-
		373001	0089/0181	20.789,24	-	-
		373001	0135/2272	-	-	414.541,07
		373001	0135/8374	-	-	21.974,45
		373001	0135/8384	-	-	36.777,50
		373001	0135/8387	-	-	120.739,90
		373001	0137/2272	-	-	631.950,00
		373001	0137/2B06	-	-	49.995,90
		373001	0137/4358	-	-	16.594,29
		373001	0138/2105	-	-	129.608,90
		373001	0138/2272	-	-	24.540,04
		373001	0138/4426	-	-	3.992,44
		373001	0139/4572	-	-	23.805,40
		373001	0750/2000	-	-	2.045.555,01
		373001	1120/2109	-	-	27.800,00
		373001	1336/1642	-	-	85.887,01
		373001	1350/2272	-	-	9.082,24
		373001	1427/4470	-	-	18.153,69
		373001	1433/8402	-	-	127.273,20
		-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 ã Investimentos	5 ã Inversões Financeiras	6 ã Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	0135/4460	-	491.115,28	-
		373001	0137/2272	3.000,00	-	-
		373001	0137/0427	-	3.650.097,40	-
		373001	0137/4320	597.962,24	-	-
		373001	0137/8396	4.062.376,66	-	-
		373001	0138/2272	2.806,00	-	-
-		373001	0750/2000	509.020,07	-	-

		-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte:

Análise crítica

No tocante as movimentações orçamentárias cabe registrar a dificuldade na aplicação principalmente dos recursos relativos aos investimentos, onde o aporte de recursos ocorre quase sempre no final do segundo semestre.

O recebimento foi de acordo com as programações da Superintendência Regional de Santa Catarina para o exercício/2011.

As provisões foram concedidas apenas para a nossa Unidade Avançada de Santa Catarina ã localizada em Chapecó/SC ã que é responsável pela atuação nos Projetos de Assentamentos do INCRA no Oeste do Estado de Santa Catarina. Com a descentralização dos trabalhos ocorre a economicidade nos deslocamentos, visto que, a unidade fica centralizada no meio do Oeste de SC, o que facilita os trabalhos desenvolvidos pelos nossos técnicos de campo.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.8 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	3.954.728,75	2.948.672,21	1.548.232,49	1.690.439,59
Convite	148.185,96	X	23.443,56	X
Tomada de Preços	919.063,75	92.496,00	919.063,75	92.496,00
Concorrência	193.620,47	555.000,00	93.620,47	X
Pregão	2.693.858,57	2.301.176,21	512.104,71	1.597.943,59
Concurso		X		X
Consulta		X		X
Registro de Preços		X		X
Contratações Diretas	981.531,36	1.017.391,38	726.647,93	967.397,42
Dispensa	710.881,99	671.203,29	710.881,99	661.978,30
Inexigibilidade	270.649,37	346.188,09	15.765,94	305.419,12
Regime de Execução Especial	53.967,22	122.711,31	53.967,22	122.382,61
Suprimento de Fundos	53.967,22	122.711,31	53.967,22	122.382,61
Pagamento de Pessoal	407.336,62	723.766,97	407.336,62	723.766,97
Pagamento em Folha	20.789,24	X	20.789,24	X
Diárias	386.547,38	723.766,97	386.547,38	723.766,97
Outros	7.701.025,43	14.883.960,57	4.212.691,21	8.094.795,32

Fonte:

Obs.:

No exercício/2011 ã Despesa Liquidada R\$ 13.098.589,38 ã Despesa Paga R\$ 6.948.875,47 ã tendo a destacar no exercício/2011 o que segue:

1. Dispensa ã O valor registrado na Conta Contábil/19241.02.03 ã DISPENSA DE LICITAÇÃO - é elevado, principalmente, pelo fato de que esta regional contrata os alugueis da Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC ã na cidade de Florianópolis/SC - no valor anual em 2011 de **R\$ 506.105,91** e da nossa Unidade Avançada de Santa Catarina ã INCRA/UA/SC ã na cidade de Chapecó/SC - no valor anual em 2010 de **R\$ 77.145,73 ã que totalizaram R\$ 583.251,64;**

2. Outros ã referente valor Conta Contábil/19241.02.08 ã NÃO APLICÁVEL ã São principalmente referentes aos Empenhos correspondentes a Créditos Instalação, Habitação ou Recuperação (Legislação - INCRA: Norma de Execução nº 79 ã 26/12/2008 e Instrução Normativa nº 54 ã 22/07/2009) ã que no exercício/2011 ã totalizaram **R\$ 3.659.325,40;**

2.1. Já as liberações voluntárias ã Convênios ã firmados com Prefeituras Municipais no exercício/2011 ã totalizaram o valor de **R\$ 3.550.319,25** ã com amparo na Portaria Interministerial nº 127/2008;

2.2. E, finalmente as despesas no valor de **R\$ 491.115,28** ã tratou-se de aquisições de imóveis rurais para assentamentos no Estado de Santa Catarina.

QUADRO A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
1 ã Despesas de Pessoal	20.789,24	=0=	20.789,24	=0=	=0=	=0=	
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
2º elemento de despesa	20.789,24	=0=	20.789,24	=0=	=0=	=0=	
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
2 ã Juros e Encargos da Dívida	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	
3 ã Outras Despesas Correntes	3.327.631,92	8.374.707,56	3.327.631,92	8.374.707,56	450.982,75	3.792.340,58	2.327.631,92
1º elemento de despesa	=0=	4.411.674,23	=0=	4.411.674,23	=0=	3.290.150,30	=0=
2º elemento de despesa	3.312.531,92	3.931.573,80	3.327.631,92	3.931.573,80	445.139,22	489.699,36	2.327.631,92
3º elemento de despesa	15.100,00	31.459,53	15.100,00	31.459,53	5.843,53	12.490,92	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=

Fonte:

Fonte: Sistemas SIAFI2010 e SIAFI2011.

1 ã Despesas de Pessoal

1º elemento de despesa: 3319001 ã APOSENTADORIAS E REFORMAS.

2º elemento de despesa: 3319008 ã OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS.

3º elemento de despesa: 3319011 ã VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ã PESSOAL CIVIL.

2 ã Juros e Encargos da Dívida

3 ã Outras Despesas Correntes

1º elemento de despesa: 3335000 ã TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIVADAS - Contribuições.

2º elemento de despesa: 3339000 ã APLICAÇÕES DIRETAS.

3º elemento de despesa: 3339100 ã APLICAÇÕES DIRETAS ã Operações Intra Orçamentárias.

QUADRO A.2.10 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		2010
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
4 ã Investimentos	5.608.955,54	3.966.494,88	5.608.955,54	3.966.471,12	4.381.781,16	1.771.779,95	1.227.779,95
1º elemento de despesa	3.550.319,25	3.101.298,87	3.550.319,25	3.101.298,87	3.167.213,71	965.414,95	383.779,95
2º elemento de despesa	2.058.636,29	865.196,01	2.058.636,29	865.196,01	1.214.567,45	806.365,00	844.567,45
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
5 ã Inversões Financeiras	4.141.212,68	7.355.300,00	4.141.212,68	7.355.300,00	1.317.250,00	2.533.600,00	2.823.600,00
1º elemento de despesa	491.115,28	=0=	491.115,28	=0=	=0=	=0=	491.115,28
2º elemento de despesa	3.650.097,40	7.355.300,00	3.650.097,40	7.355.300,00	1.317.250,00	2.533.600,00	2.332.600,00
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
6 ã Amortização da Dívida	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
1º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
2º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
3º elemento de despesa	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=
Demais elementos do grupo	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=	=0=

Fonte:

Fonte:- Sistemas SIAFI2010 e SIAFI2011.

Obs.: descrição dos elementos de despesa

4 ã Investimento

1º elemento ã 3444000 ã TRANSFERÊNCIAS A MUNICIPIOS.

2º elemento ã 3449000 ã APLICAÇÕES DIRETAS.

3º elemento ã 3445041 ã TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS.

5 ã Inversões Financeiras

1º elemento ã 3459061 ã APLICAÇÕES DIRETAS - Aquisição de Imóveis

2º elemento ã 3459066 ã APLICAÇÕES DIRETAS ã Concessão de Empréstimos - Crédito Instalação ã INCRA.

2.4.2.1 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária							
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	- Superfície de imóveis Disponíveis - Superfície da área a jurisdição agregada Conforme em www
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número análise finalizada conforme sistemas Comitês Certificação - Número certificação exercício sistema Comitês Certificação
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número regularização Conforme SIR e SIS - Número processo fundiária iniciado sistema SISTERLE

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de							
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade despendida em obtenção de terras. Gastos 135/ação SIR. (- Quantidade obtidas agregação publicação e SIPRA.
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade Licença ambiental protocolada do Ibama Estaduais Ambiente. - Quantidade Licença ambiental não SIR e o Secretariado Meio Amb
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade Assentamentos ambientais dados Secretariado Meio Amb - Quantidade federais n

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento							
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico não encanado, de poço ou de cisterna no exercício não dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o acesso à água para consumo doméstico. Conforme metodologia efetuada pelo responsável técnico das obras. • Quantidade de famílias assentadas no exercício.
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade de Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovados pelo INCRA. • Quantidade de Assentamentos Jurisdicionados.
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas com acesso adequado a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção. Conforme metodologia efetuada pelo responsável técnico das obras. • Número de famílias assentadas no exercício.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento							
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	• Número de unidades habitacionais construídas no exercício, no nível de agregação. • Número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação.
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento							
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica nos instrumentos contratuais; .Número de famílias atendidas por Assistência Técnica em conformidade com o item 1.141/2003 e 215/2006.
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas obtido pelas Entidades Prestadoras de Assistência Técnica em conformidade com o item 1.141/2003 e 215/2006. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/images/stories/publicacoes/003602026.pdf em conformidade com a norma que subscreve.
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas supervisionadas no sistema SIPRA/SIR.
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento							
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidadas, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidadas em 09/2006; .Número de famílias assentadas em PA(s) consolidadas em 09/2006; .Número de famílias assentadas em PA(s) consolidadas em 09/2006.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula
Área: Gestão Administrativa						
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status óaprovadoóno exercício/Quantidade de convênios com status ócomprovadoóno exercício)multiplicado por 100.
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados óe ainda não finalizadosô).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas óavaliadasô dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças óSimilaresô deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos óAssentamentos Federaisô, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças óSimilaresô deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não se aplica a UJ.

3.1 Análise Crítica

Não se aplica a UJ.

Não há o que analisar visto que no INCRA/SR(10)SC não existem registros de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos .

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	=0=	=0=	=0=	=0=
2009	=0=	=0=	=0=	=0=
...	=0=	=0=	=0=	=0=
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	8.097.720,53	1.192.087,58	6.629.724,58	275.908,37
2009	5.877.054,93	1.007.573,53	4.869.140,90	=0=
2008.	7.348.764,56	873.573,53	6.475.191,03	=0=
Observações:				

Fonte: Sistemas SIAFI ã 2010 - 2011

Referências legais:

-  Lei nº 4320/64
-  Lei nº 12.017/ 2009 (LDO 2010)
-  Decreto nº 93.972/86
-  Decreto nº 6.708/2008
-  Decreto nº 6.752/2009
-  Decreto nº 7.057/2009
-  Decreto nº 7.094/2010
-  Decreto nº 7.418/2010
-  Decreto nº 7.057/2009
-  Decreto nº 7.654/2011



Disposições dos Decretos que prorrogaram os restos a pagar de 2008, 2009 e 2010:

- δ) **Decreto nº 7.057/2009 prorrogou a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2007 e 2008;**
- ε) **Decreto nº 7.418/2010 prorrogou a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2008 e 2009.**
- φ) **Decreto nº 7.654/2011, de 23/12/2011, prorrogou validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2010.**

4.1. RESTOS A PAGAR EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1.1. Restos a pagar/2008 ã R\$ 1.042.191,42 ã Valor pago a Empresa Construtora L. G. Ltda., no exercício de 2011 - era destinado a atender as despesas de contrato com a empresa em questão que é a responsável pela construção do Edifício Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina, estando a edificação concluída, com mudança para a nova sede em fase final de encaminhamento.

4.1.2. Restos a pagar/2009 ã R\$ 865.093,47 - Valor pago também a Empresa Construtora L. G. Ltda., no exercício de 2011 - era destinado a atender as despesas de contrato com a empresa em questão que é a responsável pela construção do Edifício Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina, estando a edificação concluída, com mudança para a nova sede em fase final de encaminhamento.

4.1.2.1. Já o restante - no valor de R\$ 88.500,00 ã foi pago a Empresa 3 A Rural Engenharia S/S Ltda., no exercício de 2011 - era relativo ao contrato mantido por esta regional com empresa em questão, responsável por trabalhos de engenharia, cartografia, topografia e geodésia, visando a readequação de parcelas/lotos rurais, em diversos Projetos de Assentamento em SC, cujos trabalhos foram encerrados no exercício de 2011.

4.2. RESTOS A PAGAR ã Inscritos no exercício/2011

4.2.1 ã Valor inscrito em 2011 ã R\$ 6.150.013,91

4.2.1.1 O montante maior é referente aos convênios firmados com Prefeituras Municipais do Estado de Santa Catarina ã no valor de R\$ 3.167.213,80;

Lembrando mais uma vez, que no tocante aos recursos destinados a convênios o aporte de recursos orçamentários pelo nosso Órgão Central para atender as demandas são sempre descentralizados no segundo semestre dos exercícios financeiros, e mais pontualmente nos dois últimos meses dos exercícios, por tratarem-se de investimentos e/ou liberações voluntárias do governo federal.

4.2.1.2. Já os créditos a serem liberados para famílias assentadas é no valor total de R\$ 1.317.250,00, cujas liberações dependerão de encaminhamentos e acompanhamento da área técnica do INCRA/SR(10)SC;

4.2.1.3 O valor de R\$ 919.063,75 ã Licitações na modalidade de Tomada de Preços - refere-se a contratação de obras de engenharia a serem realizadas em Projetos de Assentamentos deste Instituto no Estado de Santa Catarina;

4.2.1.4 O valor de R\$ 274.704,95 ã Licitações na modalidade de Pregão Eletrônico ã para fornecimento e instalação de divisórias e persiana no Edifício sede da Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC, cujo aporte de recursos orçamentários foram disponibilizados no mês de dezembro/2011;

4.2.1.5 E, as demais despesas, tratam-se de despesas normais de manutenção da Superintendência Regional de Santa Catarina, que não puderam ser quitadas no exercício/2011.

4.1 Análise Crítica

No quesito em questão é bom lembrar que houve no final do exercício/2011 acúmulo de valores de restos a pagar devido à dificuldade de disponibilidade de caixa do governo federal, pois se houvessem recursos disponíveis poderiam ser diminuídas as despesas a serem inscritas e/ou reinscritas nesta regional.

As razões que levaram a permanência de RP Não Processados dos exercícios de 2010 é que são recursos destinados ao contrato de edificação da futura Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina, que se encontra na fase de conclusão neste final de exercício financeiro.

Os eventos negativos que prejudicam a gestão de RP é o fato de que conforme já afirmamos no ITEM 4.2., de que as despesas com investimentos e/ou liberações voluntárias do governo federal tem o seu aporte orçamentário geralmente previsto para o segundo semestre dos exercícios financeiros, mais evidenciadas no último bimestre dos exercícios financeiros..

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 ã Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		98	1	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		98	1	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		95	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		3	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		1	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		99	0	5

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

QUADRO A.5.2 ã Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	6
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	-0-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-0-
1.3. Exercício de Função Gratificada (FG)	-0-
1.4. Atribuição de GSISTE	-0-
1.5. Lei Complementar 73/93 (AGU)	3
1.6. Lei 10.683/03	-0-
1.7. Lei 6.999/82 (Tribunal Regional Eleitoral)	-0-
1.8. Lei 9.007/95 (Presidência da República)	1
1.9. Lei 9.020/95 (Defensoria Pública da União)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-0-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-0-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-0-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional-0-	-0-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	-0-
2.5. Servidores em exercício em outros órgãos (§ 7º, art. 93, Lei 8.112/90)	-0-
2.6. Afastamento para Curso de Formação	-0-
2.7. Servidores exercício provisório	-0-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-0-
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-0-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-0-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-0-

4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	-0-
4.2. Capacitação	-0-
4.3. Licença p/Tratamento da Saúde	-0-
4.4. Licença Gestante (120 dias, art. 207, Lei 8.112/90)	-0-
4.5. Licença-Prêmio por Assiduidade	-0-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-0-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-0-
5.2. Serviço militar	-0-
5.3. Atividade política	-0-
5.4. Interesses particulares	-0-
5.5. Mandato classista	-0-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-0-
6.1. Decisão Judicial	-0-
6.2. Condenação à pena privativa de Liberdade	-0-
6.3. Abandono de Cargo ou Emprego (art. 138, Lei 8.112/90)	-0-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte: Extração SIAPE fev/12.

QUADRO A.5.3 ã Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	13	2	4
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	13	2	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		8	1	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		4	1	1
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	0	3	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		3		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	16	2	4

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.4 ã Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	5	14	14	47	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	5	14	14	46	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários				1	
2. Provimento de cargo em comissão	2	4	3	7	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	4	2	5	
2.3. Funções gratificadas			1	2	
3. Totais (1+2)	7	18	17	54	7

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 ã Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	1	0	29	57	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1		28	57			
1.3. Servidores com Contratos Temporários					1				
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	1	0	4	11	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		2	10			
2.3. Funções gratificadas					2	1			
3. Totais (1+2)	0	0	2	0	33	68	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ã Mestrado; 9 ã Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	25	6
1.1 Voluntária	22	6
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	3	
1.4 Outras		
2. Proporcional	50	0
2.1 Voluntária	49	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	1	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	75	6

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	21	2
1.1. Integral	11	0
1.2. Proporcional	10	2
2. Em Atividade	9	0
3. Total (1+2)	30	2

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2.1 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	5	6	R\$ 15.196,15
1.1 Área Fim	6	6	5	6	R\$ 14.982,12
1.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 214,03
2. Nível Médio	9	9	8	8	R\$ 15.033,91
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 144,56
2.2 Área Meio	9	9	8	8	R\$ 14.889,35
3. Total (1+2)	15	15	13	14	R\$ 30.230,06

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

SR-10/SC - UPAG 609

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTA- GENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	DECIS DIO
		RETRIBUI- ÇÕES	GRATIFICA- ÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZA- ÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁ- VEIS		
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO									
2009	R\$ 5.681.772,45		R\$ 519.287,60	R\$ 165.264,71	R\$ 465.181,57	R\$ 344.132,70	R\$ 2.931,75	R\$ 5.425,14	R\$ 4
2010	R\$ 6.303.479,58		R\$ 575.100,41	R\$ 180.605,72	R\$ 660.233,75	R\$ 729.487,54	R\$ 0,00	R\$ 8.184,75	R\$ 3
2011	R\$ 6.212.923,62		R\$ 523.074,56	R\$ 172.782,64	R\$ 322.624,77	R\$ 826.683,56	R\$ 3.920,35	R\$ 0,00	R\$ 2
SERVIDORES CLT (ANISTIADOS)									
2009					R\$ 0,00				
2010					R\$ 0,00				
2011					R\$ 7.332,49				
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA									
2009					R\$ 13.867,21				
2010					R\$ 14.427,05				
2011					R\$ 0,00				
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR									
2009		R\$ 312.592,56			R\$ 90.684,02				
2010		R\$ 306.379,54			R\$ 88.819,73				
2011		R\$ 297.234,27			R\$ 50.135,16				

SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS									
2009		R\$ 15.156,36			R\$ 4.687,50				
2010		R\$ 15.156,36			R\$ 9.988,07				
2011		R\$ 15.156,36			R\$ 6.496,42				

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 4.742,20
2010	R\$ 17.087,88
2011	R\$ 12.108,51

5.4 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:

Quadro A.5.11 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
	X	X
	X	X
	X	X

Fonte:

Quadro A.5.11.1 - Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
	X	X	
	X	X	
	X	X	

Fonte: Divisão de Administração do INCRA/SC

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Nome do órgão autorizado a realizar concurso ou provimento adicional: Nome do órgão ao qual tenha sido autorizada, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou órgão equivalente nos demais Poderes da União, a realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de empregados terceirizados.

Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores: Informar o tipo, número e data do ato autorizador da realização do concurso público ou provimento adicional para a substituição dos funcionários terceirizados. Devem ser considerados os atos publicados no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois imediatamente anteriores.

Quantidade autorizada de servidores: Quantidade de servidores cuja contratação foi autorizada pelo ato, exclusivamente para substituir empregados terceirizados.

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 ã Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC													
UG/Gestão: 373070							CNPJ: 00.375.972/001213						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	SC/4000	EMBRASP Ltda. 03130750/000178	01/07/08	12/12/2012	-	-	-	M	-	-	E
2010	L	O	SC/8000	AUTENTICA Ltda. 84965706/000188	01/08/10	01/08/2015	-	F	-	-	-	-	A
2012	V	O	1000/2012	EMBRASP Ltda. 03130750/000178	13/12/12	12/12/2017	-	-	-	M	-	-	A
Observação: Os contratos desta regional não contemplam a exigência de escolaridade.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

QUADRO A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC													
UG/Gestão: 373070							CNPJ: 00375972/001213						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	4000/2011	ILHA SERVICE Ltda. 85240869/000166	01/06/11	31/05/2016	-	-	M	-	-	-	A
2009	1	O	6000/2009	ORBENK Ltda.	25/04/10	25/04/2015	-	-	M	-	-	-	A
2007	17	O	6000/2007	PLANSUL Ltda.	20/12/07	19/12/2012	-	-	M	-	-	-	A
2006	2	O	6000/2006	ACTIVE Ltda. 68278143/000160	23/11/2006	23/10/2011	-	-	-	M	-	-	E
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo ã Menores Aprendizês;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:
Divisão de
Administra
ção do
INCRA/SC
.

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica a UJ.

A UJ que é responsável pela área de recursos humanos é a nossa **Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas** ã DAH, que foi centralizada, por questões de economicidade na Gestão do **Presidente Fernando Henrique Cardoso no INCRA/SEDE/DF**. Passando as ações de Recursos Humanos das Superintendência Regionais a responsabilidade do nosso Órgão Central, devendo, portanto, os indicadores da área de pessoal em questão serem registrados no Relatório de Gestão/2011 Institucional do INCRA ã com Sede em Brasília/DF.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 ã INCRA ã Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC									
CNPJ: 00.375.972/001213				UG/GESTÃO: 373070/37201					
Informações sobre as transferências									
Modalidad e	Nº do instrument o	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartid a	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	625531	AESCA/SC	940.051,59	9.400,51	262.772,07	667.879,01	17/06/2008	15/12/2011	1
1	627837	COOPTRASC	9.154.727,23	91.547,27	2.448.412,70	5.942.040,49	04/07/2008	03/01/2012	1
1	700372	FAPEU	606.100,00	6.100,00	200.000,00	600.000,00	30/12/2008	30/07/2012	4
1	731996	Pref. Munic. Canoinhas/SC	168.528,03	18.528,03	150.000,00	150.000,00	31/12/2010	28/02/2011	4
1	741512	Pref. Munic. Abelardo Luz/SC	767.468,89	15.349,38	752.119,51	752.119,51	25/06/2010	23/07/2011	4
41	741716	Pref.Munic. Paraíso/SC	285.448,66	10.448,66	275.000,00	275.000,00	25/06/2010	22/06/2011	4
1	741783	Pref.Munic. Passos Maia/SC	796.494,30	15.929,89	780.564,41	780.564,41	29/06/2010	27/07/2011	4
1	751811	Pref. Munic.	1.387.530,00	27.750,60	-0-	-0-	22/12/2010	04/12/2011	1

		Dionísio Cerqueira/SC							
1	755149	Pref. Munic. Abelardo Luz/SC	3.013.329,00	31.000,00	-0-	-0-	22/01/2011	31/03/2012	1
1	752073	Pref. Munic. São Miguel do Oeste/SC	201.377,00	4.027,54	197.349,46	197.349,46	28/02/2011	06/04/2012	1
1	755986	Pref. Munic. Campo Erê/SC	285.792,39	5.715,85	280.076,54	280.076,54	21/09/2011	06/07/2012	1
1	756244	Pref. Munic. Chapecó/SC	111.990,00	8.961,00	103.029,00	103.029,00	03/11/2011	30/06/2012	1
1	759059	Pref. Munic. Rio Negrinho/SC	242.892,18	4.857,84	-0-	-0-	01/08/2011	01/02/2012	1
1	762014	Pref. Munic. Abelardo Luz/SC	419.406,34	12.400,00	-0-	-0-	15/12/2011	14/12/2012	1
1	762539	Pref. Munic. Abelardo Luz/SC	270.000,00	20.000,00	-0-	-0-	12/12/2011	20/11/2012	1
1	762517	Pref. Munic. Timbó Grande/SC	405.978,25	8.478,25	-0-	-0-	09/12/2011	30/06/2012	1
1	762541	Pref. Munic. Calmon/SC	328.537,70	28.537,70	-0-	-0-	15/12/2011	15/12/2012	1
1	762553	Pref. Munic. Matos Costa/SC	370.000,00	10.326,97	-0-	-0-	09/12/2011	09/12/2012	1
1	762618	Pref. Munic. Caçador/SC	100.000,00	8.000,00	-0-	-0-	20/12/2011	01/11/2012	1
1	762725	Pref. Munic. Vargem/SC	154.500,00	4.500,00	-0-	-0-	09/12/2011	09/07/2012	1
1	762774	Pref. Munic. São Miguel do Oeste/SC	148.500,00	3.500,00	-0-	-0-	14/12/2011	19/06/2012	1
1	764330	Pref. Munic. Lebon	886.267,95	58.267,95	-0-	-0-	15/12/2011	31/12/2012	1

		Régis/SC							
Modalidade:				Situação da Transferência:					
1 - Convênio				1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse				2 - Inadimplente					
3 - Termo de Parceria				3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Cooperação				4 - Concluído					
5 - Termo de Compromisso				5 - Excluído					
				6 - Rescindido					
				7 - Arquivado					

Fonte:

Referências:

- Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (LRF);
- Lei nº 4320/64;
- Lei nº 6.404/76;
- Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO 2010);
- Lei nº 9.790, de 22 de março de 1999;
- Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007;
- Decreto nº 6.170/2007;
- Decreto nº 93.972/86;
- Decreto 6.708/2008;
- Decreto 6.993/2010;
- Portaria MPOG nº 265/2001;
- Portaria Interministerial nº 163, de 2001;
- Manual Técnico de Orçamento para 2011.

**QUADRO A.6.2 ã INCRA - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA
UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC					
CNPJ:	00.375.972/001213					
UG/GESTÃO:	373070/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	14	09	05	3.345.061,16	4.561.674,23	5.371.521,50
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	14	09	05	3.345.061,16	4.561.674,23	5.371.521,50

Fonte: Siafi e SICONV.

A.2.6.2.1 É importante esclarecer que dos 14 convênios firmados no exercício/2011 ã foi repassado no exercício apenas o montante de R\$ 383.105,54 ã estando inscritos em Restos a Pagar/2011 o valor de R\$ 3.167.213,80.

Nos valores repassados no exercício/2011 encontram-se registrados valores relativos a 03 (três) convênios firmados em exercícios anteriores ã que somam R\$ 2.961.955,62.

QUADRO A.6.3 ã INCRA - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC					
CNPJ:	00.375.972/001213					
UG/GESTÃO:	373070/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	14	09	05	3.345.061,16	4.561.674,23	5.371.521,50
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	14	09	05	3.345.061,16	4.561.674,23	5.371.521,50

Fonte: Siafi e SICONV.

A.2.6.3.1 É importante esclarecer que dos 14 convênios firmados no exercício/2011 ã foi repassado no exercício apenas o montante de R\$ 383.105,54 ã estando inscritos em Restos a Pagar/2011 o valor de R\$ 3.167.213,80.

Nos valores repassados no exercício/2011 encontram-se registrados valores relativos a 03 (três) convênios firmados em exercícios anteriores ã que somam R\$ 2.961.955,62.

QUADRO A.6.4 ã INCRA - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC					
CNPJ: 00.375.972/001213			UG/GESTÃO: 3730/0/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	15	-0-	-0-
		Montante Repassado	7.443.565,72	-0-	-0-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-0-	-0-	-0-
		Montante Repassado	-0-	-0-	-0-
2010	Contas prestadas	Quantidade	02	-0-	-0-
		Montante Repassado	2.706.941,04	-0-	-0-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-0-	-0-
		Montante Repassado	1.348.000,00	-0-	-0-
2009	Contas prestadas	Quantidade	05	-0-	-0-
		Montante Repassado	1.633.293,41	-0-	-0-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-0-	-0-	-0-
		Montante Repassado	-0-	-0-	-0-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-0-	-0-
		Montante Repassado	144.405,04	-0-	-0-

Fonte:

QUADRO A.6.5 ã INCRA - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC					
CNPJ: 00.375.972/001213			UG/GESTÃO: 373070/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas		15	-0-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	10	-0-
			Contas Não analisadas	-0-	-0-
		Montante repassado (R\$)		6.223.862,93	-0-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	05	-0-
			Quantidade Reprovada	01	-0-
			Quantidade de TCE	01	-0-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-0-	-0-
	Montante repassado (R\$)		1.348.000,00	-0-	
	2010	Quantidade de contas prestadas		05	-0-
Contas analisadas		Quantidade Aprovada	05	-0-	
		Quantidade Reprovada	-0-	-0-	
		Quantidade de TCE	-0-	-0-	
Contas NÃO analisadas		Quantidade	-0-	-0-	
		Montante repassado (R\$)		-0-	-0-
Quantidade de contas prestadas		05	-0-		
2009		Contas analisadas	Quantidade Aprovada	04	-0-
			Quantidade Reprovada	-0-	-0-
			Quantidade de TCE	01	-0-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-0-	-0-	
		Montante repassado	-0-	-0-	
	Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-0-	-0-
Montante repassado			-0-	-0-	

Fonte:

6.2 Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

■ Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

Resposta: Esta UJ até o final do exercício/2011 não apresentava inconsistências nas prestações de contas de convênios, fato demonstrado no Relatório de Gestão de 2011.

Com o advento da criação do Sistema SICONV (criado em 2008), passamos a ter dificuldade na análise, considerações, encaminhamentos de ajustes e finalmente na aprovação dos convênios criados na nova modalidade.

É bom lembrar que o Módulo ã Prestação de Contas ã foi criado no Sistema SICONV somente em meados do mês de setembro/2010, ou seja, 02 (dois) anos após a criação do sistema em comento.

Destacamos que nos últimos meses já é possível utilizar o novo sistema com maior otimização, esperando que com isso regularizemos a situação de alguns convênios que apresentaram problemas de análise.

■ Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere;

Resposta: Os empenhos dos convênios firmados por esta UJ estão em conformidade com a legislação supracitada.

■ Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

Resposta: Conforme demonstrado no QUADRO A.6.2.1 ã nos três últimos exercícios a quantidade oscilou entre 05 e 14 repasses por exercício, havendo certa homogeneidade no volume dos recursos liberados.

■ Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012;

Resposta: Foram adotadas já no exercício/2011 novas medidas no acompanhamento, fiscalização e análise de convênios nesta regional, atendendo a recomendações da CGU-R/SC.

De outra parte, esperamos que haja evolução no Sistema SICONV para que possamos melhorar a análise crítica sobre a gestão de convênios deste Instituto.

■ Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

Resposta: Reitera-se que com a implantação do Sistema SICONV houve um certo retrocesso na análise das transferências desta regional, fato que conforme frisamos anteriormente decorre das dificuldades da utilização do mesmo principalmente pelos convenientes. Lembrando que a dificuldade deságua na análise que é efetuada principalmente pelo Setor Contábil desta UJ.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Resposta: No tocante aos procedimentos adotados a dificuldade é maior na área de contabilidade, pelos motivos descritos acima, havendo dificuldade também no tocante aos recursos humanos, visto que, houve aposentadorias ainda no final do exercício/2010 de 02 (dois) servidores que atuavam na Divisão de Administração do INCRA/SR(10)SC (servidores com experiência na área contábil), sem nenhuma reposição até hoje.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Resposta: Apesar da falta de recursos humanos na UJ, acreditamos que nos últimos exercícios houve uma melhoria nas fiscalizações dos convênios, principalmente no tocante a área técnica, com a descentralização das obrigações entre o INCRA/SEDE/FLORIANÓPOLIS e a nossa Subunidade do INCRA/CHAPECÓ/SC.

Na área contábil existe estruturação e gerenciamento das transferências, havendo, no entanto, dificuldade conforme citamos na operacionalização do novo sistema implantado pelo Governo Federal, que apesar de dar maior transparência, tem apresentado dificuldades no quesito prestação de contas.

7. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.7.1.1 ã INCRA - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **JOSÉ HENRIQUE FERREIRA**, CPF nº 342.119.349/53, Chefe da Divisão de Administração do INCRA/SR(10)SC, da UJ ã Superintendência Regional de Santa Catarina, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ã SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria ã SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis/SC, 26 de Março de 2012.

José Henrique Ferreira

CPF nº 342.119.349/53

Chefe do INCRA/SR(10)A

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 ã Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
Cargos Eletivos	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
	Obrigados a entregar a DBR	18	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR	18	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-

Fonte:

Nota: Segundo o Setor de Recursos Humanos desta regional todos os detentores de cargos, emprego e funções de confiança ou em comissão atingidos entregaram autorização em cumprimento da Lei nº 8.730/93.

8.1 Análise Crítica

8.1.1 Conforme já citamos o Setor de Recursos Humanos desta regional informou que todos os detentores de cargos, emprego e funções de confiança ou em comissão atingidos pela Lei nº 8.730/93, entregaram autorização eletrônica acerca da DBR em cumprimento das exigências em questão.

9. Informações sobre o funcionamento controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Importante: Para analisar as afirmativas constantes do Quadro, devem-se reunir pessoas que possam representar as áreas estratégicas da unidade, inclusive representantes da própria unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, desde que a participação da auditoria não comprometa sua independência.. No campo óConsiderações geraisô do Quadro, devem-se descrever a metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos e as áreas envolvidas para tal.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais: A adoção de critérios de sustentabilidade foram implementadas principalmente na edificação da nova Sede desta Regional que se encontra em fase final de conclusão ã previsão 1º Semestre de 2012.					X
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Nota; O Item 1 ã Conforme instruções do nosso Órgão Central o mesmo será respondido no Relatório do INCRA/SEDE/BSB/DF.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como óBens de Uso Especialô, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010)

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	4	2
	Município 1	4	2
	Município 2	-	-
	município ónô	-	-
	UF ónô	-0-	-0-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município ónô	-	-
	Subtotal Brasil	-0-	-0-
EXTERIOR	PAÍS 1	-0-	-0-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade ónô	-	-
	PAÍS ónô	-0-	-0-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade ónô	-	-
	Subtotal Exterior	-0-	-0-
Total (Brasil + Exterior)		4	2

Fonte:

11.1.1.1 - Município 1 ã Florianópolis/SC ã Tratam-se de imóveis cedidos para utilização da Superintendência Regional de Santa Catarina, sendo:

a) 01 Imóvel cedido pelo Ministério da Agricultura ã através do Departamento de Patrimônio da União/DPU de Florianópolis/SC ã localizado em Florianópolis ã utilizado para Garagem/Depósito da regional;

01 Imóvel cedido pelo Departamento de Patrimônio da União/DPU de Florianópolis/SC ã localizado em São José/SC ã utilizado para Edificação da futura sede do INCRA/SR(10)SC;

02 - Imóveis cedido pelo Ministério da Exército ã através do Departamento de Patrimônio da União de Florianópolis/SC ã localizados no interior do Estado de Santa Catarina.

Estão havendo problemas nos registros e atualizações dos imóveis cedidos pelo Ministério do Exército e também na utilização do Sistema SPIUnet.

Referências normativas:

- υ Decreto-Lei nº 9.760/1946;
- υ Lei nº 9.636/1998;
- υ Portaria SPU nº 241/2009;
- υ Manual do SPIUnet/2007.

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	2	2
	município 1	1	1
	município 2	1	1
	município óñô	-	-
	UF óñô	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município óñô	-	-
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade óñô	-	-
	PAÍS óñô	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade óñô	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte:

A.11.1.2 - Município 1 ñ Florianópolis/SC ñ Trata-se de imóvel locado pela Superintendência Regional de Santa Catarina ñ como Edifício Sede do INCRA/SR(10)SC ñ Sita a Rua Jeronimo Coelho, 185 ñ Centro ñ Florianópolis/SC;

A.11.1.2.1 - Município 2 ñ Chapecó/SC ñ Trata-se de imóvel locado pela Superintendência Regional de Santa Catarina ñ como Edifício Sede da Unidade Avançada de Santa Catarina/INCRA/UA/SC ñ Sita na Avenida Getúlio Vargas, 180/S ñ Centro ñ Chapecó/SC;

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373070	*1	21	3	-	-	-	7.600,00	1.890,00
373070	*2	21	3	-	-	-	-	-
373070	*3	12	3	-	-	-	-	-
Total							-	-

Fonte:

A.11.1.3.1 - Tratam-se de imóveis cedidos para a Superintendência Regional de Santa Catarina, sendo:

*1 - 01 Imóvel cedido pelo Ministério da Agricultura ã através do Departamento de Patrimônio da União/DPU de Florianópolis/SC ã localizado em Florianópolis ã utilizado para Garagem/Depósito da regional;

*2 - 01 Imóvel cedido pelo Departamento de Patrimônio da União/DPU de Florianópolis/SC ã localizado em São José/SC ã utilizado para Edificação da futura sede do INCRA/SR(10)SC;

*3 - 02 - Imóveis cedido pelo Ministério da Exército ã através do Departamento de Patrimônio da União de Florianópolis/SC ã localizados no interior do Estado de Santa Catarina.

11.2 Análise crítica:

Infelizmente haviam ruídos entre o nosso Órgão Central, que centralizou a longa data os encaminhamentos a serem seguidos no controle patrimonial, em relação ao Departamento do Patrimônio da União/DPU, havendo no exercício/2011 alguns impedimentos para a regularização dos imóveis do INCRA/SR(10)SC, nos termos recomendados pela CGU-R/SC.

Após diversos contatos com o Setor de Patrimônio deste Instituto, com sede em Brasília/DF, foi enfim, sugerido pelos mesmos de que deveríamos encaminhar pedido de senha junto ao DPU de SC para utilizar o Sistema SPIUnet.

Esperamos que no exercício de 2012, finalmente, os problemas sejam solucionados, tendo a acrescer que finalmente o encarregado pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado desta regional conseguiu encaminhar o pedido de senha para utilizar o Sistema SPIUnet, pedido este do mês de março/2012.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	03				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

--	--	--	--	--

O planejamento da Tecnologia da Informação na UJ é controlado pela Sede do INCRA em Brasília, onde neste setor é centralizado as demandas levantadas pelas Superintendências Regionais. O Planejamento Estratégico é elaborado com base nas necessidades e informações apontadas pelos Setores de TI das regionais, onde a decisão de encaminhamento de aceites referentes as aquisições de equipamentos de TI e outros, depende da Sede Brasília, cabendo a ela, decidir ou não pela sua aprovação.

Em relação a Recursos Humanos voltado a área de TI, a Superintendência Regional de Santa Catarina - SR, possui 04 pessoas no suporte destas ações. Neste setor as ações são coordenadas por um servidor efetivo da SR, além de outros 03 terceirizados, oriundos de um contrato de prestação de serviço com a empresa IlhaService Informática Ltda, sendo neste caso dois técnicos disponibilizados na sede da Superintendência em Florianópolis/SC e outro na Unidade Avançada de Chapecó/SC. Vale ressaltar que existe por parte dos terceirizados, uma transferência de conhecimento ao servidor efetivo.

No que se refere a segurança da informação, maior parte das ações são realizadas pela Sede do INCRA em Brasília, tais como controle de emails e controles de níveis de acesso. Já a Superintendência Regional cria e controla pastas específicas de dados, acesso a rede e realização de backup. Não existe na SR, protocolos de controle de segurança da informação formalizados.

Todo o desenvolvimento dos sistemas é feito pela sede do INCRA em Brasília. O que existe na SR/SC, é um sistema de níveis de serviço, que mensura a quantidade de chamados de suporte aos servidores efetuados pelo setor de TI.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 ã Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373070 ã INCRA/SR(10)SC	Limite de Utilização da UG	373071 ã INCRA/UA/SC		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Raul Mochel	07605412304	1.200,00	-0-	610,46	610,46
Alexandre F. Minniti	12342384890	1.200,00	-0-	193,00	193,00
Pedro Bem Silva	15489108991	1.200,00	606,30	-0-	606,30
Ademar M. Lima Filho	17956161991	1.200,00	-0-	422,19	422,19
Alcides G. Vieira	245.848.279/15	1.200,00	-0-	1.100,77	1.100,77
Benício Miranda	25191292987	1.200,00	-0-	810,03	810,03
Mario Conceição Filho	28949099934	1.200,00	-0-	757,02	757,02
Pedro L. R. Bortolotto	30573955972	1.200,00	-0-	776,27	776,27
Marcelo B. Spaolonse	31913980820	600,00	-0-	362,46	362,46
Renato César Vieira	37649248968	1.200,00	-0-	1.098,87	1.098,87
Manoel G. Vieira	37911660930	600,00	150,00	-0-	150,00
Julio C. X. da Costa	40138003904	1.200,00	-0-	843,14	843,14
Rubens José Perfol	48180300900	1.200,00	150,00	1.108,77	1.258,77
Giovani M. Simas	48500534915	2.000,00	12.658,41	7.018,60	19.677,01
Airton João Nottar	49213075987	1.500,00	5.776,07	8.335,48	14.111,55
Vitor Roberto Adami	55787304934	1.200,00	400,00	-0-	400,00
Total utilizado pela UG 373070			19.740,78	23.437,06	43.177,84
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Adenor A. Lazzarotto	09888640968	1.000,00	-0-	684,39	684,39
Osmar Zanini	22047271991	1.000,00	-0-	712,24	712,24
Valdecir Grando	22051430934	1.000,00	-0-	889,01	889,01
Jamir A. Martins	22049584920	1.000,00	-0-	833,07	833,07
Valdocir N. Zanardi	25092383968	1.000,00	-0-	166,57	166,57

José L. A. da Silva	25128353915	1.000,00	-0-	470,45	470,45
Sérgio L. Aosani	26828170091	1.000,00	-0-	1.545,40	1.545,40
Hilário de Biasi	30482950978	1.000,00	-0-	402,79	402,79
Neury P. Poletto	34708120982	1.000,00	-0-	161,95	161,95
Valdecir C. Marcon	42295203953	2.000,00	1.995,00	2.604,45	4.599,45
José M. De A. Maranhão	50827499949	1.000,00	-0-	324,06	324,06
Total utilizado pela UG 373071			1.995,00	8.794,38	10.789,38
Total utilizado pela UJ			21.735,78	32.231,44	53.967,22

Fonte:

Quadro A.13.2 ã Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)**Valores em R\$ 1,00**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	49	21.735,78	231	32.231,44	53.967,22
2010	59	22.584,86.	700	99.797,75	122.382,61
2009	58	22.949,82	728	90.918,91	113.868,73

Fonte:

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ ã Rodar consulta SIAFI ã Francisco Chaga.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	000.452/2010-6	3047/2009	Convênio	DE	Of. 967 a 969 971 e 972 /2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX-SC					-
Descrição da Deliberação:					
Indicativos de irregularidades na execução do Convênio nº 625.531 celebrado pelo INCRA/SC.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete do INCRA/SR(10)SC					1799
Síntese da providência adotada:					
Esta regional através do Of./INCRA/SC/nº 1832/2010, apresentou manifestação acerca dos apontamentos do TCU e requereu o acatamento das respostas e o arquivamento da representação em face da regularidade do convênio em questão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Através do ACÓRDÃO Nº 57/2012, de 18/01/2012, os ministros do tribunal, acolheram parcialmente a argumentação do INCRA/SC, e resolveram, autorizar o arquivamento dos autos, nos termos que seguem: óautorizar, nos termos do inc. V do art. 40 da Resolução TCU 191/2006, o arquivamento destes autosô.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Foi, no entanto, determinado à Superintendência Regional de Santa Catarina que adotasse algumas providências nos termos recomendados no acórdão acima citado.					

QUADRO A.15.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC				1799	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.203/2010-7	3047/2009	Convênio	DE	Of. 973 a 975/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX-SC					-
Descrição da Deliberação:					
Indicativos de irregularidades na execução do Convênio nº 627837 celebrado pelo INCRA/SC.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Gabinete do INCRA/SR(10)SC				1799	
Síntese da providência adotada:					
Esta regional através do Of./INCRA/SC/nº 1212/2010, apresentou manifestação acerca dos apontamentos do TCU e requereu o acatamento das respostas e o arquivamento da representação em face da regularidade do convênio em questão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Através do ACÓRDÃO Nº 57/2012, de 18/01/2012, os ministros do tribunal, acolheram parcialmente a argumentação do INCRA/SC, e resolveram, autorizar o arquivamento dos autos, nos termos que seguem: óautorizar, nos termos do inc. V do art. 40 da Resolução TCU 191/2006, o arquivamento destes autosô.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Foi, no entanto, determinado à Superintendência Regional de Santa Catarina que adotasse algumas providências no prazo de 60 dias contados do recebimento do acórdão, nos termos recomendados no acórdão acima citado.					

QUADRO A.15.1.2 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC				1799	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.203/2010-7	057/2012	Convênio	DE	Of. 973 a 975/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TCU/SECEX-SC					-
Descrição da Deliberação:					
Indicativos de irregularidades na execução do Convênio nº 627837 celebrado pelo INCRA/SC.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Gabinete do INCRA/SR(10)SC				1799	
Síntese da providência adotada:					
Esta regional através do Of./INCRA/SC/nº 1832/2010, apresentou manifestação acerca dos apontamentos do TCU e requereu o acatamento das respostas e o arquivamento da representação em face da regularidade do convênio em questão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Através do ACÓRDÃO Nº 57/2012, de 18/01/2012, os ministros do tribunal, acolheram parcialmente a argumentação do INCRA/SC, e resolveram, autorizar o arquivamento dos autos, nos termos que seguem: óautorizar, nos termos do inc. V do art. 40 da Resolução TCU 191/2006, o arquivamento destes autosô.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Foi, no entanto, determinado à Superintendência Regional de Santa Catarina que adotasse algumas providências no prazo de 60 dias contados do recebimento do acórdão, nos termos recomendados no acórdão acima citado.					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não existem pendências acerca de deliberações do TCU no exercício/2011 nesta regional.

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Solicitações da ã nº 20110945/01 a 20110945/15	20110945/01 a 20110945/15	20110945/01 a 20110945/15
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Controladoria Regional da União de SC ã CGU-R/SC			
Descrição da Recomendação:			
Análise do Relatório de Gestão e do Processo de Prestação de Contas do INCRA/SR(10)SC relativo aos exercício/2010/2011.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete e Divisão de Administração do INCRA/SC			1799
Síntese da providência adotada:			
Foram elaborados ofícios respondendo aos questionamentos, recomendações e determinações da CGU-R/SC por esta regional ã conforme consta dos Ofícios/INCRA/SR(10)G/nº 006/2011, 1010/2011, 1009/2011, 0111/2011, 1059/2011, 1096/2011, 1135/2011, 1064/2011, 1065/2011, 1078/2011, 1077/2011, 1097/2011, 1149/2011, 1122/2011 e 1105/2011 respectivamente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Respondido e argumentado acerca das constatações da CGU-R/SC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Houve problemas com atendimento a utilização do Sistema SPIUnet neste Instituto.			

Nota do INCRA/SC:

Todas as respostas da Superintendência Regional de SC acerca das constatações foram enviadas de ofício e também de forma eletrônica para a CGU-R/SC.

Infelizmente os arquivos por problemas no computador do INCRA/SR(10)A, onde estavam disponibilizados os arquivos foram perdidos.

O INCRA/SR(10)SC possui cópias dos documentos enviados a CGU-R/SC, que caso solicitados poderão ser escaneados e ANEXADOS ao Relatório de Gestão de 2011, após a análise da Equipe de Auditoria da CGU-R/SC.

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Parte da Solicitação 20110945/12	20110945/12	20110945/12
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Controladoria Regional da União de SC ã CGU-R/SC			-
Descrição da Recomendação:			
Implantação e uso do Sistema SPIUnete no INCRA/SR(10)SC para controle dos Bens Imóveis de Uso Especial da regional.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete e Divisão de Administração do INCRA/SC			1799
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Houve dificuldade no entendimento entre o nosso Órgão Central e o Departamento de Patrimônio da União/DPU em definir se caberia a implantação e o uso do Sistema SPIUnet neste Instituto. Entendia primeiramente a Divisão de Patrimônio deste Instituto que caberia somente ao DPU o controle e os registros dos imóveis patrimoniais no sistema em comento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Esperamos que a partir do exercício/2012 seja atendido a contento a Solicitação de Auditoria da CGU-R/SC.			

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Notas do INCRA/SC:

a) Há única recomendação da nossa Auditoria Interna deste Instituto é de que sejam encaminhados mensalmente Relatórios de Situação dos Convênios da Superintendência Regional de SC, o que está sendo cumprido a risca por esta regional.

b) Não houveram Relatórios de Auditoria do nosso Órgão Central no exercício de 2011.

QUADRO A.16.2 ã Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o ão atendimento	

Nota do INCRA/SC:

Não há pendências no INCRA/SC acerca de recomendações da nossa Auditoria Interna no exercício/2011.

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

(PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Quadro B.1.1 ã Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC			373070
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Florianópolis/SC	Data	26/03/2012
Contador Responsável	Cláudia Carrano Almeida	CRC nº	RS-059518/O/0T-SC

Quadro B.1.2 ã Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional de Santa Catarina ã INCRA/SR(10)SC			373070
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a)..... b)..... Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Florianópolis/SC	Data	26/03/2012
Contador Responsável	Cláudia Carrano Almeida	CRC nº	RS-059518/O/0T-SC

Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

Texto da DN: Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Objetivo: Evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis das unidades jurisdicionadas (UJ).

Estrutura de Informação: A Declaração poderá ser elaborada de três (3) formas distintas, de acordo com o julgamento do Contador: Declaração Plena, Com Ressalvas e Adversa. A primeira, quando as demonstrações contábeis refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão e estão de acordo com os princípios e as normas brasileiras de contabilidade; a segunda, quando a discordância do Contador não seja de tal magnitude que requeira Declaração Adversa; a terceira, quando as demonstrações contábeis não refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e Patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que tenham a sua contabilização regida pela Lei nº 4.320/64 e que sejam usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Referências:

Lei nº 4.320/1964

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com os **Quadros B.1.1 e B.1.2** (De Conformidade ou da Não Conformidade) apresentados a seguir; local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS (comum aos Quadros B.1.1 e B.1.2)

Denominação completa: A denominação da UJ depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos será a denominação definida no ato de criação ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

Código da UG: É o código SIAFI das UG constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal **no** SIAFI que o utilizam em sua modalidade total.

Texto da Declaração: É o campo destinado ao registro da declaração do Contador, segundo os Quadros B.1.1 e B.1.2 deste item, conforme a situação das demonstrações contábeis.

Local: Localidade da federação onde se situa a UJ e/ou onde a Declaração foi elaborada.

Data: Dia, mês e ano de elaboração da Declaração.

Contador Responsável: Nome do Contador responsável pela contabilidade da UJ e pela emissão da Declaração.

CRC nº: Número do registro do Contador junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010.

Texto da DN: Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Objetivo: Obter análise crítica acerca das demonstrações contábeis (Balanço Orçamentário; Balanço Patrimonial; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa), elaboradas pelas UJ e disponibilizadas ao Tribunal e Contas da União por meio do SIAFI ou de outro sistema adotado pela UJ.

Estrutura de Informação: A análise crítica, tendo como base o exercício de referência do relatório de gestão e os dois exercícios imediatamente anteriores, deve ser realizada individualmente, para cada tipo de demonstração contábil e, conjuntamente, em razão da inter-relação entre os diferentes tipos de demonstrações contábeis.

Incentiva-se a utilização de índices para os principais agregados das respectivas demonstrações contábeis, a fim de se facilitar a tarefa de análise.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, Empresas estatais dependentes, Fundos especiais, Autarquias e Fundações Públicas.

Referências legais e normativas:

• Lei nº 4.320/1964;

• Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6);

• Portaria STN nº 664/2010.

17.1 Os demonstrativos acima citados estão juntados a este Relatório de Gestão de 2011 ã nos ANEXOS do mesmo (documentos estes escaneados).

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão ã Superintendências Regionais do INCRA

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

18.1. Durante o ano de 2011, foi dado encaminhamento ao processo de fiscalização cadastral nº 54210.000279/2009-21, do imóvel rural localizado no município de Campo Belo do Sul/SC, com área total cadastrada de 16.390,5035 ha, de propriedade da Florestal Gateados LTDA.

18.1.1. Considerando que há falta de destaque do patrimônio público e, como se trata de imóvel situado em terras de presunção estadual (fora da faixa de fronteira), o fato foi comunicado ao órgão estadual competente e o procedimento foi mantido sobrestado durante o prazo previsto no § 3º, Art. 12 da Instrução Normativa nº 28, de 24/01/2006.

18.1.2. Tendo em vista que o órgão estadual competente informou que não concedeu ou titulou imóveis rurais na área onde se situa a Fazenda, foram remetidas cópias do presente expediente para o respectivo órgão estadual de terras, à Procuradoria Estadual de Justiça, à Corregedoria-Geral de Justiça, ao Ministério Público Estadual e ao Serviço de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente para a adoção das providências a seu cargo.

18.1.3. Transcorridos os prazos legais, efetuou-se a atualização cadastral do imóvel em questão, o qual atingiu os graus de produtividade previstos em lei.

18.2. Desta forma, atendendo o disposto no § 4º, Art. 12 da Instrução Normativa nº 28, opinamos pelo encerramento do processo em fevereiro de 2012, informando ao proprietário da decisão, bem como esclarecendo que o CCIR do imóvel rural permanece inibido no Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR, sendo emitido ao proprietário atendendo o requerimento do mesmo, conforme Instrução Normativa nº 28.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

19.1 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

O corte no orçamento nacional, principalmente com relação ao Decreto 7.446/2011, que limitou a quantidade de diárias de servidores nos exercícios, afetará muito os trabalhos das áreas finalísticas, considerando que o INCRA é um órgão executor e possui convênios já em andamento que necessitam de fiscalização *óin loco*.

Projetamos os impactos mais significativos na execução das ações de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos Créditos Instalação (0427), nos trabalhos de supervisão dos Projetos de Assentamento, as fiscalizações dos convênios de infraestrutura (8396), de Assistência Técnica (4470) e PRONERA (8370), dos contratos de Demarcação Topográfica (8398), os trabalhos dos topógrafos, agrimensores e agrônomos, que para executar as suas funções, dependem de viagens a campo. Os trabalhos de regularização fundiária e a de regularização dos Territórios Quilombolas também devem ser afetados.

Infelizmente, mais uma vez, cabe anunciar que há previsão de que vários servidores se aposentem no primeiro semestre de 2012, pois já tem condições de se aposentarem em no biênio 2011/2012, o que deverá ocorrer em todas as divisões desta regional, devido principalmente, a possíveis perdas na gratificação de atividade executiva a nível institucional ã chamada GADARA ã é uma questão em pauta desta Superintendência há três anos, porém dependemos de novos concursos públicos para sanar esta questão.

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : JUARES
 UG/GESTAO: 373070/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011
 INGRESSOS
 INGRESSOS 30.851.007,20
 RECEITAS CORRENTES 32.334,70
 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 32.334,70
 RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO 0,00
 DEDUCOES DA RECEITA 4.464,24-
 TRANSFERENCIAS RECEBIDAS 6.760.730,03
 TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS 6.437.601,55
 SUB-REPASSE RECEBIDO 6.429.616,27
 SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. 6.429.616,27
 VALORES DIFERIDOS - BAIXA 7.985,28
 TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS 323.128,48
 ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA 314.200,00
 TRANSFERENCIAS RECEBIDAS 314.200,00
 CONTINUA...
 PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 21/03/2012
 ORGAO : 22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA PAGINA : 001
 UG : 373070 - SUPERINT. ESTADUAL DE S.CATARINA-INCRA/SR-10 REF. : 2011
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
 AGENTE : 295.408.289-53 - JOAO PAULO LAJOS STRAPAZZON
 E-MAIL : JOAO.PAULO@INCRA.GOV.BR
 ENDEREÇO : RUA JOAO PIO DUARTE SILVA,404_APT404-BL JURITI - CORREGO GRANDE
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88037-001
 CARGO : SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA/SC
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 26/Abr/2006 PORT.109/06 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 26/Abr/2006

=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
 AGENTE : 244.719.339-49 - JOSE DOS SANTOS
 E-MAIL : JOSE.SANTOS@FNS.INCRA.GOV.BR
 ENDEREÇO : RUA PROF. TOLENTINO DE CARVALHO, 160-APTO 306- BALNEARIO
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88075-530
 CARGO : ATUALIZACAO DE EFETIVA GESTAO DE GESTOR DO IN
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 20/Nov/2008 PORT. 381/08 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 21/Nov/2008

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
 AGENTE : 295.408.289-53 - JOAO PAULO LAJOS STRAPAZZON
 E-MAIL : JOAO.PAULO@FNS.GOV.BR
 ENDEREÇO : RUA JOAO PIO DUARTE SILVA,404_APT404-BL JURITI - CORREGO GRANDE
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88037-001
 CARGO : SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA/SC.
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 26/Abr/2006 PORT.109/06 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 26/Abr/2006

=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
 AGENTE : 437.862.439-72 - HERBERT GREIN
 E-MAIL : HERBERT.GREIN@FNS.INCRA.GOV.BR
 ENDEREÇO : AV. ENG. MAX DE SOUZA, 1545 - COQUEIROS.
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88080-000
 CARGO : ATUALIZACAO DE AGENTE RESPONSAVEL DO INCRA/SR
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
 03/Jan/2009 PORT. 30/09 31/Mar/2011 PORT. 141/11 01/Jan/2011 A 30/Mar/2011
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
 04/Fev/2009 06/Abr/2011

=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
 AGENTE : 244.719.339-49 - JOSE DOS SANTOS
 E-MAIL : JOSE.SANTOS@FNS.INCRA.GOV.BR
 ENDEREÇO : RUA PROF. TOLENTINO DE CARVALHO, 160-APTO 306- BALNEARIO
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88075-530
 CARGO : ORDENADOR DE DESPESAS SUBSTITUTO INCRA/SC
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO

=====Continua...